

RISP

Revista de Inteligência de Segurança Pública
ISSN 2675-7168 (Impressa); 2675-7249 (CD-Rom)

v. 1 n. 1 2020

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Polícia Civil
Subsecretaria de Inteligência
Escola de Inteligência de Segurança Pública do
Estado do Rio de Janeiro



RISP – Revista de Inteligência de Segurança Pública

v. 1, n. 1, 2020

ISSN 2675-7168 (Impressa); 2675-7249 (CD-Rom)



Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional

EXPEDIENTE



Secretaria de Estado de Polícia Civil
Subsecretaria de Inteligência
Escola de Inteligência de Segurança Pública do
Estado do Rio de Janeiro

Secretário de Polícia SEPOL
Allan Turnowski

Subsecretário de Inteligência
Fernando Antônio Paes de Andrade Albuquerque

Diretora ESISPERJ
Zoraia Saint'Clair Branco

Editora Chefe da RISP
Zoraia Saint'Clair Branco

Editora Executiva da RISP
Célia Cristina Pereira da Silva Veiga

Comitê Editorial
Mara Margareth Torres Feitosa
Maria Di Luca Martino de Aguiar
Miguel Archanjo da Silva Guimarães Junior
Leandro Martins de Paiva Passos
Robson da Costa Ferreira da Silva
Marcos Castro Nunes Maia

Conselho Editorial

- Adriana Mendes Pereira, SEPOL
- Bruno Gilaberte Freitas, SEPOL
- Carlos Eduardo Rangel, SEPOL
- Carolina Salomão Albuquerque, SEPOL
- Flávio Marcos Amaral de Brito, SEPOL
- Carlos Augusto Neto Leba, SEPOL
- Luiz Lima Ramos Filho, SEPOL
- Paulo Passos Silva Filho, SEPOL
- Renata Teixeira, SEPOL
- Tarcísio Jansen, SEPOL

Conselheiro honorífico

- Romeu Antônio Ferreira, Cel EB REF

Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP)

Revista de Inteligência de Segurança Pública [Impressa] [Cd-Rom]/
Escola de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio
de Janeiro, Subsecretaria de Inteligência, Secretaria de
Estado de Polícia Civil. V. 1, n. 1 (2020). Rio de Janeiro:
ESISPERJ, 2020.

V.

Anual

ISSN 2675-7168 (Impressa); 2675-7249 (CD-Rom)

1. Inteligência - periódicos. 2. Segurança Pública -
periódicos. 3. Segurança e Defesa - periódicos. 4. Educação
profissional e inteligência - periódicos. Secretaria de Estado de
Polícia Civil, Subsecretaria de Inteligência, Escola de
Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

CDD 300

As manifestações expressas pelos autores em geral, bem como por integrantes dos quadros da ESISPERJ/SSINTE/SEPOL, nas quais constem a sua identificação como tais, em artigos e entrevistas publicados nos meios de comunicação em geral, representam exclusivamente as opiniões dos seus autores e não, necessariamente, a posição institucional da ESISPERJ/SSINTE/SEPOL.

Sumário

Editorial	8
A CRIAÇÃO DA ISP	11
Romeu Antônio Ferreira	11
ESISPERJ: uma escola civil a serviço da Inteligência de Segurança Pública.....	30
Zoraia Saint'Clair Branco	30
PLANEJAMENTO NO CICLO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO.....	48
Célia Cristina Pereira da Silva Veiga	48
O CONCEITO DE FONTE E SUAS IMPLICAÇÕES NA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	63
Marlon Garcia da Silva Bastos.....	63
GERENCIAMENTO DE RISCO NA INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	79
Antonio Fernandes da Costa Neto	79
Marcio Pereira Basílio	79

Editorial

Com extremo profissionalismo e carinho, além do imenso prazer em oportunizar a todos os leitores este espaço de difusão de conhecimento específico em Inteligência de Segurança Pública, a Escola de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ESISPERJ) da Subsecretaria de Inteligência (SSINTE) da Secretaria de Estado de Polícia Civil (SEPOL) concretiza um projeto que vem tomando corpo desde o ano de 2019, quando assumi a Direção da Escola. Este projeto é idealizado desde 2014, quando ainda era a Coordenadora de Ensino da ESISPERJ, iniciando a implementação desta primeira Escola de ISP no Brasil, e que se tenha notícia, a única Escola civil estadual da matéria.

O que estimula a efetivação deste projeto é, principalmente, a necessidade de espaço para divulgação de estudos científicos, pesquisas, melhores práticas, manuais, dentre outros materiais sobre esta área da Inteligência, afeta às questões de Segurança Pública, sejam elas de Polícia Judiciária, sejam de Polícia Militar, ou ainda de Polícia Rodoviária Federal, Penitenciária, de Bombeiro Militar.

Nesta edição, a primeira que deseja-se ser de um periódico de sucesso, apresentamos 5 artigos científicos. Abrindo esta Edição, o precursor da Inteligência de Segurança Pública no estado do Rio de Janeiro, o Cel EB Ref Romeu Antonio Ferreira apresenta um panorama histórico acerca da implementação e desenvolvimento da ISP nesta Unidade Federativa.

O segundo desta subscritora, sob o título “ESISPERJ: uma escola civil a serviço da Inteligência de Segurança Pública”, que traça um breve histórico sobre a educação e o ensino em ISP, convidando o leitor a conversar com esta necessidade, pensar sobre processos educativos e estimular a participação social na ISP em um Estado Democrático de Direito.

O terceiro artigo, intitulado “Planejamento no ciclo de produção de conhecimento”, de autoria de Célia Cristina Pereira da Silva Veiga, aborda a primeira fase do Ciclo de Produção de Conhecimento (CPC). A autora faz uma análise acerca do potencial uso do acúmulo teórico no campo da epistemologia e metodologia na atividade de ISP como instrumento para qualificação dessa atividade.

O quarto artigo, do profissional e estudioso da ISP Marlon Garcia da Silva Bastos, entrega à comunidade de estudos sobre ISP o artigo intitulado: “O conceito de fonte e suas implicações na atividade de Inteligência de Segurança Pública”. O autor sistematiza a concepção de fonte e sua relação com a produção do conhecimento de inteligência. Pretende o autor que a análise permita compreender melhor os conceitos trazidos doutrinariamente, o papel da fonte de dados na produção de conhecimento.

O quinto artigo, aborda a temática análise de risco na inteligência. Nesse texto, Antonio Fernandes da Costa Neto e Márcio Pereira Basílio, no artigo intitulado “Gerenciamento de risco na Inteligência de Segurança Pública”, apontam para a potencialidade do gerenciamento de risco na atividade de ISP e propõem o desenvolvimento de uma metodologia de análise de risco específica para ISP.

Entregamos aos leitores um periódico há muito tempo desejado, idealizado e cujo projeto enfim se efetivou. Fomentar discussões, proporcionar estudos e veículo de divulgação, incentivar reflexões sobre o tema Inteligência de Segurança Pública (ISP).

Excelente leitura!

Zoraia Saint'Clair Branco
Editora Chefe da RISP

A CRIAÇÃO DA ISP

THE CREATION OF ISP

Romeu Antônio Ferreira¹

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo apresentar, sucintamente, a história do surgimento da Inteligência de Segurança Pública (ISP). O texto é baseado na experiência do autor na atividade de Inteligência, inicialmente, no Centro de Estudos de Pessoal do Exército Brasileiro, e posteriormente, nas esferas federal e estadual, na criação da Escola Nacional de Informações e na reestruturação da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Será dada ênfase, particularmente, aos eventos que levaram à criação, estruturação e evolução da atividade de ISP no Rio de Janeiro, ressaltando a importância da interação e integração entre suas agências e sobre a relevância da atividade de Inteligência em apoio ao processo de tomada de decisão. Finalmente, expõe três políticos brasileiros – um presidente e dois governadores – que não foram bem-sucedidos ao tomarem decisões intempestivas sobre a Inteligência e/ou a Segurança Pública.

Palavras-chaves: Inteligência. Segurança Pública. ISP. SNI. CML. SSP. CEP. Operação Rio.

ABSTRACT/RESUMEN: This paper aims to briefly present the history of the emergence of Public Security Intelligence (Inteligência de Segurança Pública - ISP) in Brazil. This document is based on the author's experience in intelligence related activity, initially at the Brazilian Army Personnel Studies Center (Centro de Estudos de Pessoal do Exército Brasileiro) and later, at the federal and state levels, in the creation of the National School of Information (Escola Nacional de Informações) and in the restructuring of the Public Security Secretariat of the Rio de Janeiro state (Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro). Particular focus will be placed on the events that led to the creation, structure and the evolution of public security intelligence activity in Rio de Janeiro. This paper emphasizes the importance of interaction and integration between public agencies and the relevance of intelligence activity in support of decision-making processes. Finally, it exposes three Brazilian politicians - a president and two governors - who made poor and untimely decisions in relation to both public security and intelligence.

Keywords/Palabras clave: Intelligence. Public Security. ISP. SNI. CML. SSP. CEP. Operation Rio

"Um pouco de História não faz mal a ninguém."

Antonio Pinto, Capitão da FAB (01 Jan 1932.- 21 Mai 2018)

Um dos melhores profissionais de Inteligência do Brasil

¹ Coronel Reformado do EB, Doutor em Ciências Militares e Bacharel em Filosofia. E-mail: fadum@uol.com.br

1. ANTECEDENTES

1.1 Informações

O governo militar instituído em 31 de março de 1964, observando que havia a necessidade de uma nova concepção da atividade de Informações, criou, em 13 de junho de 1964, por meio da Lei nº 4.341 (BRASIL, 1964), o Serviço Nacional de Informações (SNI), que recebeu, dentre outras, as atribuições de superintender e coordenar, no mais alto nível, as atividades de Informações e de Contrainformações, em particular as que interessavam à Segurança Nacional.

Para isso, o SNI era a Agência Central (AC) do “Sistema Nacional de Informações” (SISNI), estrutura abrangente, complexa e sofisticada, com presença em todos os campos do poder e em todas as instituições públicas.

Observou, também, que havia a necessidade da formação de recursos humanos, a fim de melhor gerir e dirigir as novas estruturas, conduzir novas ações e formular novas doutrinas.

Em 1965, o Exército criou o Centro de Estudos de Pessoal (CEP), estabelecimento de ensino voltado para o estudo e pesquisa do comportamento humano e localizado no Forte Duque de Caxias, na ponta da praia do Leme, no Rio de Janeiro (RJ).

Ainda em 1965, oficiais das Forças Armadas passaram a ser enviados ao Panamá para frequentarem a “*Escuela de Las Américas*”, em “*Fort Gulick*”, onde os Estados Unidos promoviam cursos de Inteligência e de Segurança.

No ano seguinte, 1966, dentre as diversas atividades de ensino do CEP e em aproveitamento direto dos conhecimentos trazidos pelos oficiais que cursaram no Panamá, começou a funcionar um Curso de Informações, destinado a capacitar oficiais das Forças Armadas e policiais. No ano seguinte, começaram os cursos para sargentos.

Durante 6 anos, de 1966 a 1971, o CEP realizou 16 cursos de Informações, formando quase 300 alunos para a atividade. Foi a principal força de trabalho utilizada, inicialmente, para produzir conhecimentos que conduziram à vitória das forças legais no combate à luta armada comunista, iniciada em 1966.

Eu, como capitão, fiz, de agosto a dezembro de 1969, o Curso de Informações do CEP e, convidado, lá permaneci como instrutor e coordenador dos cursos nos dois anos seguintes, 1970/71.

Basicamente, nesses cursos, a doutrina usada foi a norte-americana. Mas, pouco a pouco, sentiu-se a necessidade de serem iniciados os estudos para elaborar uma doutrina brasileira.

A mentalidade acadêmica de Informações, o repensar sobre a doutrina existente e a imperativa necessidade de qualificar e capacitar quadros para a atividade desembocaram e ficaram consubstanciados pelo Decreto nº 68.448, de 31 de março de 1971 (BRASIL, 1971), na criação da Escola Nacional de Informações (EsNI), integrada à estrutura organizacional do SNI.

No início de 1972, os cursos de Informações do CEP e seus três instrutores e coordenadores - um major e dois capitães (eu era um destes) - foram transferidos para a EsNI, com suas instalações ainda inacabadas em Brasília/DF, onde assumiram o ensino das Operações de Informações. Em meados desse ano, os cursos começaram a funcionar e, em pouco tempo, a EsNI tornou-se um respeitável centro irradiador de pensamento e de doutrina brasileira para os novos rumos da atividade de Informações.

1.2 A Década de 1980

No início da década de 1980, a atividade de Informações no Brasil passou por algumas distorções, alguns retrocessos, mas, também, alguns avanços.

Setores idealistas, mas radicais, agrupados em pequeninos, mas atuantes, "bolsões" no SNI e nos Destacamentos de Operações de Informações (DOI), expressaram seu descontentamento com a "abertura política", por eles considerada como exagerada, lançando bombas em alguns locais do País, destacando-se as do Rio de Janeiro, na ABI, na OAB e no Rio Centro, esta, na noite de 30 de abril de 1981.

Foi esse atentado do Rio Centro que provocou uma rápida, mas decisiva e contundente intervenção no aparato existente de Informações.

A partir daí, sucederam-se diversos fatos que, gradativamente, foram mudando o espectro político do País:

- em 15 de novembro de 1982, ocorrem as eleições para os governadores, quando Brizola, um dos maiores ícones da esquerda, é eleito para o Rio de Janeiro;

- em 1983/1984, desenvolve-se o movimento pelas "Diretas Já", nas eleições para Presidente da República;
- em 15 de janeiro de 1985, um Colégio Eleitoral elege Tancredo Neves para Presidente;
- em 15 de março de 1985, José Sarney, em face da doença e falecimento de Tancredo, assume a presidência;
- em 05 de outubro de 1988, é promulgada a nova Constituição Federal.

Todos esses eventos coroaram o projeto de abertura política, traçado pelos dois últimos governos militares.

Em todos esses eventos, as Informações cumpriram seu papel de produzir conhecimentos para as decisões.

1.3 Brizola Inova e Fracassa

Em 1983, ao assumir o governo do Rio de Janeiro, Brizola inovou, extinguindo a Secretaria de Segurança Pública (SSP/RJ) e, na contramão da integração e da interação, separou as duas polícias, elevando-as ao nível de secretarias. Em um arroubo "baluartista", afirmou que ele mesmo comandaria as polícias.

Em uma segunda gestão de Brizola, iniciada em 1990 (depois de 4 anos de Moreira Franco), continuavam a existir as duas polícias, ainda separadas.

A Segurança Pública no RJ começou a naufragar. De corredor das drogas para o exterior, passou a ser um ávido consumidor. “Donas” das favelas, as facções criminosas cresceram e tornaram-se cada vez mais ousadas e violentas. Dizia-se que a polícia, se quisesse entrar numa favela, teria que pedir autorização do governador...

Quando se candidatou à Presidência da República em 1994, Brizola carregou nas costas a marca e o peso do fracasso da Segurança Pública no RJ. Apesar de todo o seu carisma, foi fragorosamente derrotado.

1.4 Collor, Informações e Inteligência

A derrota e o fim da luta armada comunista, em 1973/1974, e o início dos novos tempos de democracia, a partir de 1985, pareciam consolidar a existência das estruturas do SISNI, já depuradas do componente da Segurança.

Entretanto, esses mesmos fatores possibilitaram o ingresso, no SISNI, dos oportunistas de plantão, ávidos de conseguirem as benesses da vitória sobre a luta armada que não ajudaram a conquistar. Os órgãos de Inteligência, particularmente o SNI, tornaram-se alvos de algumas pessoas que os viam como "cabides de emprego" e plataformas e joguetes para duvidosos desígnios políticos.

Bastaria aos novos governos implementar uma justa e correta política de Informações, depurando o oportunismo, restabelecendo a sua doutrina clássica e reformulando seus objetivos, a fim de que fossem corrigidos os rumos da atividade.

Não foi o que fez o presidente que assumiu em 01 de janeiro de 1990.

Sem querer analisar os reais motivos que o levaram a essas decisões, Collor acabou com o SNI e com a EsNI, destruiu o SISNI, expurgou os quadros com experiência e elevou alguns neófitos aos patamares da chefia de um novo órgão de Informações, que nunca chegou a descobrir sua própria identidade.

Em 12 de abril de 1990, a Lei nº 8.028 (BRASIL, 1990) criou a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), que abrangia um Departamento de Inteligência (DI). O poderoso SNI transformou-se no insignificante DI, fruto de uma evidente manobra para desprestigiar a atividade.

Paradoxalmente, entretanto, esse então presidente tornou-se um exemplo que se pode citar em favor da atividade de Informações: em uma desastrosa decisão, acabou com o único órgão que poderia lhe alertar sobre os estranhos e nebulosos caminhos que o seu governo estava tomando e que lhe levaria ao fim de seu próprio mandato.

Mas, ainda paradoxalmente, foi esse mesmo presidente (que conduziu o Brasil às trevas por meia década) que, num rompante de lucidez, transformou a atividade de Informações, depois de 44 anos, em atividade de Inteligência.

1.5 As Trevas

Entretanto, a atividade, agora corretamente denominada de "Inteligência", começou mal!

Por meia década, o Brasil, nas trevas do conhecimento, ficaria sem uma correta e competente atividade de Inteligência que, orientando as decisões, poderia clarear seus caminhos.

Sem objetivos definidos, sem sistema organizado, sem recursos suficientes, sem quadros experientes e sem doutrina consolidada, a Inteligência brasileira de mais alto nível perdeu-se nos meandros dos desejos pessoais e das vontades individuais.

As agências militares ensimesmaram-se e ficaram à margem de uma Política Nacional de Inteligência que, na realidade, não existia.

2. A OPERAÇÃO RIO

2.1 O RJ em 1994

Em 1994, o RJ, em consequência de 10 anos de uma política de segurança que não deu certo, enfrentava uma caótica situação de criminalidade e violência urbana, na qual sequestros, homicídios, grupos de extermínio, drogas e armas traziam uma permanente sensação de insegurança na população.

O Crime Organizado (CO), denominação do conjunto das facções organizadas que comercializam as drogas e usam armas de guerra, crescia e lançava seus tentáculos sobre imensas áreas. Como já citado, o RJ deixava de ser um corredor do tráfico de drogas para ser, também, um ávido consumidor.

A mídia, em parte atendendo aos reclamos da sociedade, em parte orquestrada por objetivos políticos, exigia, em manchetes diárias, uma posição firme do governo estadual e a intervenção das Forças Armadas.

2.2 O CML

Em 1994, já na reserva do Exército Brasileiro (EB), aceitei, após uma segunda conversa, o convite do meu amigo Cel Laranjeira, para ir trabalhar com ele, que era o E2, isto é, o chefe da 2ª Seção (Inteligência) do Comando Militar do Leste (CML). Ele era da turma de 1963 da AMAN - uma depois da

minha - e nossa amizade havia crescido e se solidificado quando cursamos a ECEME. O “Laranja”, como era carinhosamente chamado por seus amigos, passaria para a reserva do EB como General de Divisão.

Em 30 de setembro de 1994, comecei a trabalhar na 2ª Seção do CML, como contratado pelo regime de Prestação de Tarefa por Tempo Certo (PTTC).

Eu disse ao “Laranja” que gostaria de ajudar na organização da Seção, da Subseção de Operações e criar, na Subseção de Análise, uma estrutura para iniciar o acompanhamento do CO. Ele estranhou este último pedido e eu respondi que, na minha opinião, o CO estava desenvolto, sem amarras, crescendo muito e que, mais cedo ou mais tarde, seria quase que uma obrigação do EB auxiliar as polícias, no mínimo, com a Inteligência Militar. Ele concordou, mas disse que, pelo ineditismo, teria que solicitar autorização ao Cmt do CML.

E foi, a partir daí, criado um setor de análise para a produção de conhecimentos sobre o CO. Começamos a trabalhar – 6 pessoas - em uma grande sala, com três “carteiras” de análise: Drogas, Armas e Diversos da Criminalidade.

2.3 A Operação Rio

Nas eleições de 03 de outubro de 1994, foram eleitos um novo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e um novo governador para o RJ, Marcelo Alencar.

Ao mesmo tempo, selou as pretensões políticas de Leonel Brizola, que concorreu e perdeu para presidente, pois carregou nas costas o fracasso de sua política de segurança no RJ.

Concretizada a derrota de Brizola, seu vice-governador, Nilo Batista, solicitou e conseguiu uma Intervenção Federal. Em 31 de outubro, foi assinado o termo de convênio entre o Governo Federal e o do RJ, para implementar a ação das Forças Armadas no Estado.

Foi criada, assim, a Operação Rio (Op Rio), iniciada em 09 de novembro de 1994, dirigida pelo CML e sob o comando direto do recém-promovido Gen. Bda Câmara Senna, outro amigo e meu companheiro da Turma de 1962 (o Gen. Câmara Senna passaria para a Reserva do EB como General de Exército).

2.4 O Desenvolvimento da Op Rio

A Op Rio caracterizou-se pelo emprego de tropas das Forças Armadas, em ações massivas contra as facções que já dominavam inúmeras favelas.

Os dois primeiros meses da Op Rio 1 foram decisivos para a Inteligência.

O pequeno setor de análise do CO da 2ª Sec/CML transformou-se, naturalmente, no Setor de Análise de Inteligência da Op Rio. O efetivo aumentou, de 6 para mais de 30 analistas, que foram cedidos por todas as áreas de Inteligência federais e estadual do RJ.

Mas ficou evidente, na ocasião, a extrema dificuldade em obter conhecimentos eficazes. As trevas iniciadas em 1990 refletiram-se nos parcos e deficientes resultados obtidos.

Por outro lado, a Op Rio demonstrou que a ação policial de massa a nada conduz se não for alicerçada pelo conhecimento preciso, objetivo, oportuno e seguro.

Os órgãos de Inteligência das Forças Armadas, ensimesmados pelas “trevas” e pouco experientes na ação contra a criminalidade, em nenhum momento conseguiram alimentar as tropas com o conhecimento necessário para prender os chefes do tráfico.

Pode-se afirmar que, naquela época, a maior parte das operações foi executada com base nos dados obtidos pelo Disque-Denúncia (DD), então criado no CML (em 11 de novembro de 1994), com o número 253-1177 (na prática, o mesmo atual). Muito bom, mas muito pouco para o que se pretendia.

No entanto, esse pequeno rendimento da Inteligência Militar aplicada contra a criminalidade e a inexistência de uma Inteligência policial adequada criaram uma consciência coletiva das trevas existentes e da necessidade de se obter conhecimento.

Estavam colocadas todas as condições, subjetivas e objetivas, para o ressurgimento e o real início da atividade de Inteligência.

Na realidade, a Op Rio, além de ter sido a pioneira em lançar as Forças Armadas no combate direto ao CO, foi o estopim para a criação da ISP.

2.5 O Prosseguimento da Op Rio

A Op Rio I terminou no final de fevereiro de 1995.

Embora os índices de criminalidade tenham despencado nesses quase quatro meses, a saída das Forças Armadas do combate direto à marginalidade provocou um vazio de autoridade e as tímidas ações desencadeadas pela então recém-recriada Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP/RJ) mostraram-se ineficazes, em face do vulto das atividades criminosas. O Governo Estadual não conseguiu estabelecer uma presença permanente do Poder Público nas áreas-problema, tornando deficientes a Segurança Pública e a Segurança Social.

Em março de 1995, a ausência do poder da lei resultou numa explosão de violência e as áreas-problema expandiram-se para outros setores da cidade.

A Op Rio II, oficializada pelo Convênio assinado em 28 de março de 1995 e aguardada com ansiedade pela população e pela mídia, não conseguiu atingir os sucessos de sua predecessora.

O papel das Forças Armadas já não foi o mesmo da Op Rio I, quando teve o comando das operações, mas restringiu-se à missão de cooperar com as ações realizadas pelos demais órgãos federais e estaduais de segurança e a pedido deles. Na prática, as operações permaneceram com o órgão criado especificamente para executá-las, a SSP/RJ. O CML, a pedido, somente executou ações ostensivas de patrulhamento motorizado em áreas pré-estabelecidas.

No entanto, não foram observados grandes sucessos nas ações policiais, diluídas na massa imensa de crimes, enquanto as patrulhas militares nada conseguiram de relevante, além de um ladrão de turistas preso em Copacabana e de vaias recebidas em Ipanema.

2.6 Considerações sobre a Op Rio

Sempre se soube que a Op Rio não era a solução final. Talvez não tivesse sido nem a solução ideal. Foi, entretanto, no seu início, um remédio eficaz, no sentido de balançar as estruturas da violência e de restaurar a autoridade que estava desaparecida. Pelo menos temporariamente, as Forças Armadas impuseram o primado da lei e o sentimento de segurança nas comunidades carentes, com uma drástica diminuição nos índices de criminalidade.

A Op Rio mostrou-nos que o denominado Crime Organizado (CO) vai muito além do que pensam políticos, militares, policiais ou sociólogos. Mostrou-nos, também, que só com eleitoreiras frases de efeito ou só com temporárias ocupações fardadas dos morros ou só com eventuais ações episódicas ou, ainda, só com movimentos do tipo "viva isso e aquilo", o CO não seria minimizado e, muito menos, controlado.

Apesar das constantes guerras de quadrilhas demonstrarem que é muito mais "crime" do que "organizado", seus tentáculos, longos e destrutivos, já atingiam diversos tecidos sociais, da justiça à polícia, do parlamentar ao militar, do notório ao anônimo.

3. A CRIAÇÃO DA ISP

3.1 O Ressurgimento

Em 1995, os novos governos, já conscientizados, iniciaram o desvelamento das trevas.

Em consequência direta das apreciações positivas e negativas geradas pela Op Rio, os novos governos – federal e estadual do RJ – iniciaram planejamentos para a criação de instituições que tornassem real o ressurgimento de atividades para aumentar a combatida segurança da sociedade.

3.2 Na Área Federal

O Governo Federal, consciente das tendências e problemas, apercebeu-se da necessidade da atividade de Inteligência, não só para obter conhecimentos para implantar sua política, mas, também, o reconhecimento de que era o único instrumento eficaz para buscar conhecimentos sobre o CO e suas facções.

Assim, desde o seu início, desenvolveu estudos para a criação de um organismo nacional, o que veio a ser concretizado em 07 de dezembro de 1999, com a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), herdeira legítima do SNI.

Nessa época, ainda foram criadas:

- em 04 de setembro de 1997, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP);
- em 03 de março de 1998, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF);

- em 19 de junho de 1998, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD); e
- em 02 de abril de 2001, a Controladoria-Geral da União (CGU).

Com esses cinco novos órgãos, associados à crescente atividade de Inteligência de Segurança Pública na Polícia Federal, o então Governo Federal pretendeu dar uma resposta profissional ao CO.

3.3 No Rio de Janeiro

3.3.1 Durante a Operação Rio

Durante o mês de novembro de 1994, podia-se observar, no Salão Nobre do 9º andar do CML, quase uma dezena de mesas redondas separadas, cada uma com também quase uma dezena de pessoas, que conversavam e debatiam. Eram os integrantes da equipe de transição do futuro governo estadual, que projetavam suas novas políticas e estratégias.

Em uma dessas mesas, o assunto foi Segurança Pública. Aí foi decidida a restauração da Secretaria de Segurança Pública (SSP/RJ), agora com um conceito mais amplo, incorporando, não só as nossas duas polícias, mas, também, o Corpo de Bombeiros. Certamente, nesse grupo, prevaleceram os importantes e decisivos conceitos de integração e interação.

Também foi nessa mesa que se decidiu criar uma Agência de Inteligência (AI) para assessorar o Secretário de Segurança.

Em meados de novembro de 1994, o Gen Câmara Senna relatou-me sobre essas decisões e convidou-me para ser o chefe dessa futura AI. Com muito pesar, respondi que não podia aceitar o honroso convite, pois meu compromisso como PTTC do CML era de dois anos e eu havia cumprido somente dois meses. A seu pedido, entreguei-lhe uma lista com mais de 10 nomes possíveis para serem os chefes dessa nova agência. Um deles era o do Cel Sergio Krau, meu amigo e veterano, competente e experiente profissional de Inteligência.

3.3.2 Um Telefonema Histórico

Na manhã de um dos primeiros domingos de dezembro de 1994 (dia 04? dia 11?), recebi, em minha casa, um telefonema do Cel Krau, que reputo como decisivo para esta nossa história.

Disse-me que havia aceitado o convite para assumir a direção de uma AI que seria criada no início do novo governo estadual, para assessorar o secretário na Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (SSP/RJ), que, depois de 12 anos, seria recriada. Ele já sabia, inclusive, que o conceito de Segurança Pública (Seg Pub) seria mais amplo, envolvendo não só as nossas duas polícias, mas, também, o Corpo de Bombeiros.

Conversamos longamente sobre uma possível estrutura da futura AI e trocamos ideias sobre diversos assuntos, como: áreas e setores necessários, Inteligência e Contraineligência, a análise e suas carteiras, as operações, o apoio administrativo, os sistemas e as ligações, os recursos humanos e materiais.

Sugeri que seguisse a linha doutrinária da Inteligência Militar e lhe prometi meu apoio no Ensino, realizando cursos para a formação de quadros.

Finalmente, disse-me que estava com a ideia de denominar a AI de “Central de Inteligência Policial” (CIP).

Foi nesse momento, que teci algumas considerações contrárias à essa denominação.

1. Disse-lhe que o termo “Central” tinha uma conotação de temporariedade, de algo transitório, provisório. Por que não “Centro”, à semelhança do CIE, do CENIMAR e do CISA? Ele prontamente concordou.

2. Perguntei por que “Inteligência Policial”, se o seu cliente será o secretário de Seg Pub? E, na SSP, além dos policiais, também estarão os bombeiros? Na minha opinião, deveria ser “Inteligência de Segurança Pública”. Ele também prontamente concordou.

Portanto, por incrível que possa parecer, foi nesse telefonema que foram criadas as denominações do Centro de Inteligência de Segurança Pública” (CISP) e, por extensão, da nossa “INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA” (ISP).

3.3.3 A SSP/RJ, o CISP e a ISP

Em 01 de Janeiro de 1995, ressurgiu a SSP/RJ, entregue à chefia do General da Reserva Euclimar Lima da Silva.

Quanto à ISP, foi criada, com base na doutrina da Inteligência Militar, uma AI diretamente ligada ao Secretário de Segurança, o então Centro de Inteligência de Segurança Pública (CISP), atual Subsecretaria de Inteligência (SSINTE).

Surgia, então, nesse começo de 1995, mais uma espécie de Inteligência, a Inteligência de Segurança Pública, cuja sigla - ISP - é, atualmente, 25 anos passados, uma referência nacional.

4. O DESENVOLVIMENTO DA ISP

4.1 ISP no Brasil

O sucesso alcançado pelo CISP/RJ inspirou a criação de agências similares, em diversas Unidades da Federação (UF).

Nos últimos anos do século XX, a ISP foi sendo desenvolvida gradativamente em outras UF. Algumas, como o Ceará, a Bahia, o Espírito Santo e Minas Gerais, procuravam manter contatos sistemáticos com o RJ para verificar a estrutura aí montada. Outras, como Pernambuco, já com a ISP implantada, procuravam, do mesmo modo que no RJ, capacitar seus quadros, realizando cursos de ISP.

No entanto, faltava, para a consolidação da ISP, algum "documento-mãe" que norteasse suas atividades e lhe conferisse uma identidade própria.

Faltava uma doutrina.

4.2 ISP no RJ

Para auxiliar o CISP no seu início, a 2ª Seção do CML realizou, em 1995 e em 1996, dois cursos expeditos de Inteligência, capacitando oficiais da PMERJ e delegados da PCERJ.

Em 14 de agosto de 1996, o Cel Krau, a pedido, foi exonerado do CISP/RJ.

Em 17 de setembro de 1996, assumi a sua direção.

O CISP/RJ foi transformado, em 05 de junho de 2000, pelo Decreto Estadual 26.438 (RIO DE JANEIRO, 2000), na Subsecretaria de Inteligência (SSINTE), que regula, coordena e supervisiona o Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (SISPERJ), criado em 12 de

julho de 2002, pelo Decreto Estadual 31.519 (RIO DE JANEIRO, 2002) e reestruturado por algumas vezes.

A partir de fevereiro de 1997 e até novembro de 2003, foram realizadas, pelo CISP e pela SSINTE, 7 (sete) atividades de ensino intermitentes, contemplando 290 alunos

Entretanto, não havia uma doutrina de ISP devidamente formalizada e legalizada. As bases doutrinárias utilizadas nessas atividades eram extraídas da Doutrina Militar do Exército, eufemisticamente denominada de "doutrina clássica".

O ponto de partida dos cursos regulares de ISP foi a data de 01 de março de 2004, quando o então Secretário de Segurança Pública determinou-me (eu era o Subsecretário de Inteligência - SSI) que iniciasse a preparação dos quadros que iriam constituir as AISP do SISPERJ. Segundo o Secretário, de nada adiantaria montar estruturas bem organizadas e adquirir modernos recursos tecnológicos se não houvesse, na ponta, o Homem devidamente capacitado.

Em consequência, os cursos regulares de capacitação e de especialização em ISP iniciaram-se com o 1º Curso de Inteligência de Segurança Pública (1 CISP/2004), realizado de 15 de junho a 12 de agosto de 2004, com a carga horária de 104 h/a, no QG/PMERJ e com a formação de 192 alunos.

Desde então e até 31 de dezembro de 2013, em 10 anos, a própria SSINTE, com seus próprios recursos, realizou 44 atividades de ensino (entre cursos e estágios), com um total de 2.624 alunos formados.

As agências do SISPERJ seguem a Doutrina de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (DISPERJ), primeira doutrina de ISP oficialmente aprovada no Brasil, em 01 de abril de 2005, revisada e formalmente aprovada em sua segunda versão, em 13 de janeiro de 2015.

Criada formalmente em outubro de 2006, a Escola de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ESISPERJ), a primeira do Brasil, só veio a implementar suas atividades em 06 de janeiro de 2014.

Mas essa é uma outra história, que fica para uma outra vez.

4.3 A extinção da Secretaria de Segurança no RJ

Em 01 de janeiro de 2019, o novo governador do Estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, extinguiu a Secretaria de Segurança.

Por não concordar com essa decisão, solicitei no dia seguinte, 02 de janeiro, a minha exoneração, em caráter irrevogável, do cargo de diretor da ESISPERJ, que havia ocupado durante os últimos 5 anos.

Na realidade, Wilson Witzel copiou o que Brizola havia feito 36 anos antes. Basta também copiarmos - "*mutatis mutandis*" - o primeiro parágrafo do item 1.3 deste texto:

Em 1983, ao assumir o governo do Rio de Janeiro, Brizola inovou, extinguindo a Secretaria de Segurança Pública (SSP/RJ) e, na contramão da integração e da interação, separou as duas polícias, elevando-as ao nível de secretarias. Em um arroubo "baluartista", afirmou que ele mesmo comandaria as polícias.

Ainda na realidade, a atividade de Inteligência perdeu o seu objeto, a Segurança Pública.

O que temos, hoje, é a Inteligência Policial.

Até quando persistirá essa indefinição?

Para os fatalistas, fica a lembrança que os três políticos que ousaram mexer intempestiva e indevidamente com a Segurança Pública e com a Inteligência – Brizola, Collor e Witzel – não se deram bem.

CONCLUSÕES

A partir de junho de 1964, o SISNI, com sua AC, o SNI, dirigiu em nível nacional a atividade de Inteligência de Estado.

Além da produção de conhecimento, uma das prioridades da atividade de Inteligência é a formação de seus quadros, consubstanciada na atividade de Ensino. Para isso, o EB organizou cursos de Informações no CEP, em 1966, precursores dos cursos da ESNI, em 1972, em Brasília.

Eleito governador do Estado do Rio de Janeiro, em 1983, Brizola extinguiu a Secretaria de Segurança Pública, o que veio acelerar o processo de avanço do CO, amparado pelo dinheiro das drogas e pela força das armas.

Eleito Presidente da República, em 1990, Collor acabou com o SISNI, com o SNI e com a ESNI, criando outras instituições que nunca conseguiram substituí-las. Ao mesmo tempo, paradoxalmente, assumiu o termo “Inteligência” no lugar do termo “Informações”.

O Brasil, sem dispor de conhecimentos precisos, úteis e seguros, ingressaria, por meia década, num período de trevas.

A Op. Rio, iniciada em 09 de novembro de 1994, dirigida pelo CML e contra o CO no RJ, veio demonstrar a necessidade de Segurança e a falta de Inteligência.

Os novos governos eleitos em outubro de 1994 estavam dispostos a corrigir esses graves erros de organização.

Em 01 de janeiro de 1995, no RJ, foi restaurada a SSP e criado o CISP.

Por extensão, surgiu aí a Inteligência de Segurança Pública (ISP).

Em 04 de setembro de 1997, no Ministério da Justiça, foi criada a SENASP, constante impulsionadora da ISP.

Em 07 de dezembro de 1999, o governo federal criou a ABIN, legítima herdeira do SNI.

Rapidamente, a ISP espalhou-se pelas 27 UF.

Desde seu início, o CISP foi decididamente apoiado pelo CML, tanto nas atividades de Ensino quanto na concepção da Comunidade de Inteligência.

Em 05 de junho de 2000, o CISP foi transformado em SSINTE.

Em 12 de julho de 2002, foi criado o SISPERJ.

Em 15 de junho de 2004, teve início o 1º curso de ISP. Durante 10 anos e até dezembro de 2013, a SSINTE, com seus próprios recursos, realizou 44 atividades de ensino, formando 2.624 alunos.

Em 01 de abril de 2005, foi aprovada a DISPERJ, primeira doutrina de ISP do Brasil. Em 13 de janeiro de 2015, foi aprovada a sua 2ª versão.

Criada formalmente em outubro de 2006, a ESISPERJ, a primeira do Brasil, só veio a implementar suas atividades em 06 de janeiro de 2014.

Mas essa é uma outra história, ainda a ser contada.

Em 01 de janeiro de 2019, o novo governador Wilson Witzel, copiando uma decisão de Brizola de 36 anos antes, extinguiu a Secretaria de Segurança Pública e separou formalmente as nossas duas polícias.

Na realidade, a atividade de Inteligência perdeu o seu objeto, a Segurança Pública. O que temos, hoje no RJ, é a Inteligência Policial.

A História irá atestar que os três políticos que ousaram mexer intempestiva e indevidamente com a Segurança Pública e a Inteligência – Brizola, Collor e Witzel – se deram mal.

Até quando?

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964.** Cria o Serviço Nacional de Informações. Brasília, DF, 1964.

BRASIL. **Decreto nº 68.448, de 31 de março de 1971.** Cria a Escola Nacional de Informações e dá outras providências. Brasília, DF, 1971.

BRASIL. **Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990.** Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

RIO DE JANEIRO. **Decreto Estadual 26.438, de 05 de maio de 2000.** Altera e consolida a estrutura básica da Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP e dá outras providências. Rio de Janeiro, 2000.

RIO DE JANEIRO. **Decreto Estadual 31.519, de 12 de julho de 2002.** Cria o Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro — SISPERJ. Rio de Janeiro, 2002.

HISTÓRICO DO AUTOR

Romeu Antônio Ferreira é Coronel Reformado do Exército Brasileiro, Turma de 1962, de Artilharia, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Em 1969, cursou Informações no Centro de Estudos de Pessoal (CEP), onde permaneceu como instrutor durante dois anos.

Em 1972, foi um dos instrutores fundadores da então Escola Nacional de Informações (EsNI), em Brasília/DF.

Em 1974, cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

Em 1977, formou-se bacharel em Filosofia, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Durante mais de cinco anos, serviu no Destacamento de Operações de Informações do I Exército (DOI/I Ex).

Em 1981/82, cursou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), quando formou-se como Doutor em Ciências Militares, pós-graduação universitária, stricto sensu.

De 1983 a 1987, por duas vezes e durante quase seis anos, serviu no Centro de Inteligência do Exército (CIE), em Brasília/DF, onde foi analista da Seção de Inteligência, Chefe da Seção de Contrainteligência e Chefe da Seção de Operações de Inteligência.

Em 1986, ainda no CIE, foi um dos três autores do “ORVIL – Tentativas de Tomada do Poder”, livro sobre a luta armada comunista no Brasil.

Em 1987/88/89, comandou o Forte de Copacabana, transformando-o no Museu Histórico do Exército.

De Nov 91 a Mai 93, prestou serviços na Organização das Nações Unidas (ONU), nas missões da ONUCA, em Costa Rica, e da ONUSAL, em El Salvador, onde foi o Chefe de Estado-Maior da Divisão Militar. Em Jun/Jul/Ago 92, foi o representante da ONU nas conversações de paz para Moçambique, realizadas em Roma, sob o patrocínio do Vaticano.

De Out 94 a Set 96, já na reserva, foi o chefe da área de análise de Inteligência contra o Crime Organizado, na 2ª Seção do Comando Militar do Leste (CML), tendo sido o chefe da análise de Inteligência da Operação Rio.

Por duas vezes e durante quase seis anos, chefiou a atividade de Inteligência de Segurança Pública (ISP) no Estado do Rio de Janeiro:

- de 17 Set 1996 a 31 Mar 1999, diretor do CISP; e

- de 08 Mai 2003 a 03 Ago 2006, Subsecretário de Inteligência.

Em Abr 2005, criou a Doutrina de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (DISPERJ), revisada em 2015.

Em 2005/06, participou do Grupo de Trabalho que criou a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP), aprovada em 2009.

Em 2013, participou dos encontros realizados em Brasília/DF, organizados pela SENASP/MJ, para a revisão da DNISP, aprovada em 2016.

Criou, planejou, dirigiu e ministrou aulas e conferências em dezenas de cursos e estágios de ISP.

Em 06 Jan 2014, assumiu o cargo de primeiro diretor da Escola de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ESISPERJ), a primeira do Brasil, órgão de

ensino vinculado à Subsecretaria de Inteligência (SSINTE), da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESEG/RJ).

Em 02 Jan 2019, em face da extinção da SESEG/RJ, decretada pelo novo governador, solicitou exoneração do cargo de diretor da ESISPERJ.

Em 02 Jan 2020, como Prestador de Tarefa de Tempo Certo (PTTC), retornou ao trabalho na 2ª Seção do CML.

Link do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0822735163099137>

ESISPERJ: uma escola civil a serviço da Inteligência de Segurança Pública

ESISPERJ: a civil school at the service of Public Security Intelligence

Zoraia Saint'Clair Branco²

RESUMO: O presente artigo/ensaio tem por objetivo demonstrar a importância do ensino profissional e continuado em Inteligência de Segurança Pública e como evoluiu no Rio de Janeiro e no Brasil. Para tanto serão expostos, segundo uma metodologia qualitativa, expositiva e descritiva os primórdios de uma escola especializada em ISP, narrando como ocorreu o primeiro curso de ISP. Essa formação persiste até hoje na ESISPERJ e multiplicou-se pelo Brasil com o Curso de Inteligência de Segurança Pública (CISP), sendo tal necessidade advinda do Centro de Inteligência de Segurança Pública em 1995, que demonstrou a necessidade de existir um órgão central de ISP em cada unidade da federação e das polícias, judiciária e preventiva. Da formação necessária para o desenvolvimento das atividades de ISP surgiu a Escola de Inteligência de Segurança Pública (ESISPERJ), importante e distinta de uma divisão de ensino. A história da ISP no Brasil passa por uma breve narrativa neste artigo, passando a seguir para a realidade que se instalou em 2019 no Rio de Janeiro quando o novo governo estadual decide separar as polícias civil e militar e instalar uma subsecretaria de inteligência em cada Secretaria de Estado nova, uma vez que inovações são necessárias e sempre se inspiram em eventos já criados. Por fim são demonstradas inovações para a atividades de ensino na área de Inteligência de Segurança Pública.

Palavras-chave: Segurança Pública. Inteligência de Segurança Pública. Educação profissional. Formação de agentes de inteligência. Escola.

ABSTRACT: This article aims to demonstrate the importance of continuing education in Public Security Intelligence and how it evolved in Rio de Janeiro and Brazil. For this purpose, the beginnings of a school specialized in ISP will be exposed, according to a qualitative, expository and descriptive methodology, narrating how the first ISP course took place. This training persists today at ESISPERJ and has multiplied throughout Brazil with the Public Security Intelligence Course (CISP), such a need arising from the Public Security Intelligence Center in 1995, which demonstrated the need for a central ISP body in each unit of the federation and the police, judicial and preventive. From the training necessary for the development of ISP activities, the Public Security Intelligence School (ESISPERJ) emerged, important and distinct from a teaching division. The history of the ISP in Brazil goes through a brief narrative in this article, moving on to the reality that settled in 2019 in Rio de Janeiro when the new state government decides to separate the civil and military police and install an intelligence sub-secretariat in each Secretariat new state, since innovations are necessary and are always inspired by events already created. Finally, innovations are demonstrated for teaching activities in the area of Public Security Intelligence.

² Mestre em Engenharia de Produção e em Administração Pública. Delegado de Polícia da PCERJ e Diretora da ESISPERJ. E-mail: zoraia@yahoo.com

Keywords: Public security. Public Security Intelligence. Professional education. Training of intelligence agents. School.

INICIANDO

Na inauguração da Revista de Inteligência de Segurança Pública, nada mais importante do que se dar ao conhecimento público sobre o nascedouro desta atividade e de como ocorreu o que hoje nominamos Ensino Profissional em Inteligência de Segurança Pública (ISP). O ensino profissional em ISP tem pertinência com a criação do conceito de integração no fazer Inteligência no estado do Rio de Janeiro, criado na década de 1990.

Criado em 01 de janeiro de 1995, o antigo Centro de Inteligência de Segurança Pública (CISP), transformado, em 05 de Junho de 2000, na Subsecretaria de Inteligência (SSINTE) que é a Agência Central do Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (SISPERJ), este último criado em 12 de Julho de 2002, integrada por agências efetivas, especiais e afins, deu início ao ensino profissional para a inteligência.

Os cursos regulares de ISP começaram em 01 de março de 2004 quando o então Secretário de Segurança determinou ao Cel EB Ref Romeu Antonio Ferreira, doravante Cel Romeu, então Subsecretário de Inteligência (SSI) que iniciasse a preparação dos quadros que iriam constituir as Agências de Inteligência de Segurança Pública (AISP) do Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (SISPERJ).

Segundo o então Secretário, de nada adiantaria montar estruturas bem organizadas e adquirir modernos recursos tecnológicos se não houvesse, na ponta, o ser humano devidamente qualificado. Em consequência, os cursos de formação, especialização e treinamento em ISP iniciaram-se em 15 de junho de 2004, com a realização do 1º Curso de Inteligência de Segurança Pública (1 CISP/2004).

O Decreto Estadual nº 43.621, de 29 de maio de 2012 estabeleceu a nova estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro (SESEG), na qual a Escola de Inteligência de Segurança Pública (ESISP) aparece como seu "órgão de ensino" e surge como uma das competências da Subsecretaria de Inteligência (SSINTE): "normatizar, implementar e coordenar a ESISP".

O ensino em ISP iniciou com Ciclo de Palestras sobre ISP, Estágios Básico de inteligência (EBI) para a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP/RJ), Estágio na SSP para delegados da PCERJ, Estágio de ISP para integrantes da Secretaria da Segurança Pública e Defesa da Cidadania do Estado do CEARÁ (SSPDC/CE). Segundo o Cel Romeu as atividades de ensino intermitentes foram as primeiras sobre a ISP no Brasil, realizadas a partir de fevereiro de 1997 e abrangeram 290 alunos. A Escola começou a ser criada em 12 de maio de 2005, no encerramento do 2º CISP, quando o Secretário de Segurança surpreendeu o Cel Romeu, então SSI, anunciando em uma solenidade, a criação da “Escola Superior de Inteligência Policial”. Note-se que ainda havia a denominação de Inteligência Policial e não já a que se consagrou posteriormente como Inteligência de Segurança Pública.

O Decreto Estadual nº 40.254, de 30 de outubro de 2006, criou a Escola de Inteligência de Segurança Pública (ESISP), que, entretanto, permaneceu com existência somente documental, não sendo implementada oficialmente até 2013/2014. Em 06 de Fevereiro de 2007, o Decreto Estadual nº 40.587 incluiu a "ESISP" na estrutura organizacional da SESEG.

Sabendo-se que a ISP teve seus primeiros contornos em 1995, no estado do Rio de Janeiro, verifica-se um caminho de maturidade que a atividade alcançou e de necessidade de desenvolvimento profissional de seus quadros, que já não poderiam mais atuar isoladamente, cada qual em sua missão, já ISP, não mais IP, já Inteligência de Segurança Pública, não mais Inteligência Policial somente, fosse no viés da Polícia Militar, fosse no viés da Polícia Civil.

Inteligência de Segurança Pública só pode ser efetivada se houver integração, caso contrário pode ser vista como Inteligência Policial, Militar ou Judiciária, Inteligência Penitenciária, Inteligência Ministerial, Inteligências específicas, que configurem atividades de assessoria interna para casa órgão específico, para cada secretaria específica, para cada entidade específica, seja ela estatal ou privada.

A ESCOLA DE ISP

Em 19 de dezembro 2013, o Decreto Estadual nº 44.528 determinou que a nova denominação da ESISP passaria a ser: Escola de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ESISPERJ). Em 30 de dezembro 2013, a Resolução SESEG nº 737 reorganizou e implementou a Escola de Inteligência de Segurança Pública (ESISPERJ), no âmbito da SSINTE. A Escola de Inteligência de

Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro foi implementada em 2014, porém, teve seu nascedouro com os cursos de ISP em 2004 como já exposto.

Com enorme satisfação, pude participar deste evento histórico, desta parte da história da ISP como primeira Coordenadora de Ensino da ESISPERJ, em 2014. À época, éramos somente o Diretor da ESISPERJ, Cel EB REF Romeu Antonio Ferreira, eu, Zoraia Saint´Clair Branco, Delegado de Polícia da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, Mara Margareth Torres Feitosa, doravante Margareth, Bombeiro Militar e mais dois policiais militares do estado do Rio de Janeiro, em uma sala espaçosa sem mobília ou recursos tecnológicos, e por isso trabalhávamos em uma sala emprestada do Disque Denúncia, que Zeca Borges nos havia cedido até que tivéssemos montado nosso ambiente físico de trabalho. Eu havia sido removida da Delegacia Antissequestro, com a experiência docente (Licenciatura Plena em 1986) e de administração (Superintendente de Administração e Serviços da Polícia Civil, atual Diretoria Geral de Administração e Finanças -DGAF em 1997), com os conhecimentos sobre ISP que adquiri com o Cel Romeu em suas aulas e nas conversas que já travávamos, iniciando em 1997, quando o conheci. A cada dia de trabalho, um aprendizado valioso. Uma iniciativa importante tomada em 2014 foi a edição do Regimento Interno logo no ano de implementação da ESISPERJ.

É importante ressaltar que o ensino em ISP conta, no Rio de Janeiro, com mais uma profissional que sempre esteve nos bastidores e sem a qual, provavelmente, poderia ter tido uma solução de continuidade durante a época em que Cel Romeu se afastou do cenário da Secretaria de Segurança Pública, estou a falar da Margareth, pedagoga, profissional de ensino que se especializou em ISP e bombeiro militar que iniciou seu aprendizado com Cel Romeu sobre ISP e seu ensino, assim como eu e a grande maioria dos profissionais de ISP, mas que tem o mérito único de ter permitido que gerações de profissionais continuassem a ser formados e especializados, permaneceu na atividade de ensino e como todos que se alimentam da ISP em algum momento em suas vidas, nunca mais a abandonam. Assim, como reconhecimento de uma profissional séria e competente, sempre estará na mente e no coração dos que passaram um dia pelos cursos da SSINTE, fosse ela das extintas Secretarias de Segurança do estado do Rio de Janeiro, seja da atual Secretaria de Estado de Polícia Civil (SEPOL).

Em 2019 com as alterações que passarei a descrever adiante, o corpo de profissionais da ESISPERJ conta, de forma integrada, com profissionais da Secretaria de Estado da Polícia Civil (SEPOL), da Secretaria de Estado Polícia Militar (SEPM) e da Secretaria de Estado Defesa Civil (SEDEC). Corpo

de profissionais especializados em suas áreas de ação e que se dedicam de coração e alma ao ensino e à pesquisa em ISP.

Nosso Corpo de Docentes, um capítulo à parte da história do ensino em ISP: pessoas talentosas, com um saber profissional que é inerente a este tipo de docência e que, sabem estar no anonimato que a atividade demanda, e que é importante para essa atividade de extrema importância para a preservação da sociedade e da democracia, e ao mesmo tempo sabem indicar os caminhos que os profissionais, já atuantes e futuros, devem tomar. Muito a agradecer, às centenas de professores que passaram por nossas salas de aula desde 2004, são eles e elas agentes de inteligência de diversos órgãos e que possuem conhecimentos que não são adquiridos em nenhuma faculdade, não são conhecimentos construídos somente de forma científica. As experiências e a boa vontade são os principais fatores para os anos de sucesso dos nossos cursos, que são destinados a todos os órgãos que se valem deste tipo de conhecimento pelo Brasil, como sempre digo, nas três esferas de governo e para os três poderes.

Em 2019, quando do novo governo estadual, ao tomar posse editou o Decreto nº 46.544, de 01 de janeiro de 2019, Decreto que Estabelece a Estrutura do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências, criando a Secretaria de Estado de Polícia Civil - SEPOL, e na mesma data o Decreto nº 46.547, de 01 de janeiro de 2019, que Disciplina a transferência da Subsecretaria de Inteligência – SSINTE e da Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas e Inquéritos Especiais - DRACO/IE, e da extinta Secretaria de Estado de Segurança - SESEG, para a Estrutura Básica da Secretaria de Estado de Polícia Civil - SEPOL, e dá outras providências, como forma de nova gestão da Segurança Pública nesse Estado.

Com o advento de um novo formato de organizar a Segurança Pública, ambos órgãos que à SSP eram subordinados alçaram o *status* de Secretaria, o Governo do Estado do Rio de Janeiro deu maior agilidade e maior parceria entre as antigas Chefia de Polícia Civil e Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro que passaram a denominar-se Secretaria de Estado de Polícia Civil (SEPOL) e Secretaria de Estado de Polícia Militar (SEPM), respectivamente.

Deste novo modelo de organização estatal resultou que as competências e atribuições de algumas Subsecretarias da SESEG deveriam estar em ambas as novas Secretarias, porém tal não era possível à Subsecretaria de Inteligência (SSINTE), na qualidade de Agência Central do SISPERJ, que houve por

bem Governador do Estado do Rio de Janeiro, alocar na SEPOL. Assim, ao Subsecretário de Inteligência, da Subsecretaria de Inteligência, desta vez órgão subordinado à SEPOL, coube ser o gestor central do Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (SISPERJ). Tal pode ser verificado por meio do Decreto nº 46.633, de 04 de abril de 2019, que dispõe sobre a Estrutura de Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (SISPERJ), revoga o Decreto nº 08, de 25 de maio de 2018 do Interventor Federal, e dá outras providências.

Como pode ser verificado, no artigo 3º está descrito:

Art. 3º - São Agências de Inteligência Efetivas:

I- Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Estado da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (SSINTE/SEPOL/RJ);

II- Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Estado da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro;

III- Subsecretaria de Inteligência do Sistema Penitenciário da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro (SISPEN/SEAP).

Parágrafo Único - A SSINTE/SEPOL será a Agência Central do SISPERJ.

A centralidade da gestão da ISP no Estado do Rio de Janeiro pela SSINTE/SEPOL, sob a administração do Subsecretário de Inteligência da Secretaria de Estado da Polícia Civil - SEPOL, assume suas consequências, tais como: ser o principal articulador das políticas públicas em matéria de ISP no Estado do Rio de Janeiro; ter sob sua gestão órgãos dotados de competência para produzir conhecimento em todas as suas modalidades para o Estado; Agência Central do Estado que é, receber e difundir para as demais agências as possibilidades de processos de capacitação, pesquisa e produção de material em matéria de ISP, inclusive atos normativos, dentre outras.

Os demais órgãos de inteligência do estado do Rio de Janeiro que estejam em suas respectivas áreas de atuação, têm a centralidade em suas Secretarias ou órgãos e assim, a ESISPERJ permanece, como órgão subordinado à Subsecretaria de Inteligência da SEPOL, como a Escola de ISP, e ao que se tem conhecimento, a única Escola estadual especializada em ISP, esta atividade integrada que em suas atividades congrega o maior número de agências de forma a difundir, formar, especializar e proporcionar pesquisa e difusão em ISP, tendo havido a intenção de seus criadores que funcionasse mais do que uma divisão de ensino ou um braço de outras áreas de ensino, dando, assim, a importância ao tema que tanto merece.

A ESISPERJ E A GESTÃO SEPOL

Em 2019, ao assumir a Direção da ESISPERJ, muitas novidades, muitas incertezas em relação ao que seria a ISP, se permaneceria integrada ou se retornaria a ser Inteligência Policial. Após ações levadas a efeito, houve ganhos e demandas novas e inovadoras.

A Escola de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ESISPERJ), está situada à Praça Cristiano Ottoni, s/nº, 3º andar, sala 302, Central do Brasil, Rio de Janeiro/RJ, é órgão de Ensino subordinado à Subsecretaria de Inteligência (SSINTE), da Secretaria de Estado de Polícia Civil (SEPOL), o que houve por bem ser respeitado o formato em que se encontrava, havendo propostas de alteração organizacional que estão em estudo.

Em funcionamento desde 2013, a ESISPERJ foi implementada visando a promoção do ensino profissional e da pesquisa na área de Inteligência de Segurança Pública (ISP), a fim de capacitar os integrantes do SISPERJ e atualizar permanentemente a Doutrina de ISP, tomando como base seus princípios e valores, de modo a ampliar a qualidade das ações desenvolvidas pelos órgãos de ISP, no âmbito da segurança pública. Já em 2019, foi efetivada a identidade organizacional da ESISPERJ nos seguintes moldes:

- **Negócio** da ESISPERJ: educação profissional para ISP;
- **Missão:** qualificar os profissionais da Comunidade de Inteligência e manter atualizada a Doutrina de ISP, por meio da pesquisa e produção de conhecimento, visando potencializar a capacidade de atuação estatal na área finalística da Segurança Pública;
- **Visão** da ESISPERJ: ser referência em ensino, doutrina, pesquisa e extensão em ISP para a comunidade de inteligência;

Para tanto, as atividades desenvolvidas pela ESISPERJ estão pautadas nos seguintes valores:

- Produção de conhecimento em ISP;
- Valorização do ambiente democrático;
- Fortalecimento de rede;

- Integração;
- Profissionalização técnica;
- Respeito à diversidade;
- Interoperabilidade;
- Excelência científica e tecnológica.

Atualmente a Direção da ESISPERJ é composta por servidores, muitos com décadas de experiências em ISP:

01 Diretora (Delegado de Polícia Civil da SEPOL)

01 Perito Criminal da SEPOL

01 Comissária de Polícia da SEPOL

01 Subtenente do CBMERJ

01 2º Sargento da SEPM

01 Cabo da SEPM

A ESISPERJ desenvolve anualmente diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão, a fim de qualificar as pessoas ingressantes e já em atividade no âmbito da ISP para realização de sua atividade profissional. Assim, a qualificação do agente de ISP contribui para a valorização da atividade profissional, para disseminação dos fundamentos teóricos, técnicos e tecnológicos pertinentes à ISP, para nivelamento dos recursos humanos da ISP no que diz respeito às questões doutrinárias, regulamentares e normativas das funções desempenhadas nas agências de inteligência de modo a qualificar a produção do conhecimento. Visa, ainda, contribuir para o intercâmbio entre agências, tendo em vista que o contato entre os agentes possibilita o acesso e facilita sua interlocução pela criação/ampliação das redes de relacionamentos, atendendo aos valores da ESISPERJ.

Os desafios atuais enfrentados pelas instituições da área de segurança pública, frente à sociedade e seus movimentos disruptivos e criativos impõem a demanda de desenvolvimento permanente e de atualização profissional, sobretudo pela importância da inteligência como atividade de assessoramento cada vez mais reconhecida e avocada como solução às mais variadas situações, desde as mais simples, até as mais complexas, desde as de ordem pública até as de ordem privada.

Vinculado a isso, a produção de conhecimentos referentes à atividade de ISP, seja por meio do desenvolvimento de pesquisas, seja por meio da disseminação dos resultados e troca de experiências entre os integrantes da Comunidade de Inteligência constitui importante instrumento a ser utilizado. Resguardados os princípios do controle, do sigilo e da compartimentação, há que se empreender o esforço de efetivar equilíbrio na tensão entre salvaguardar e fazer conhecer, entre o físico e o virtual existente na atividade.

INOVANDO

Trouxe da experiência de uma década e meia de docência em Metodologia da pesquisa científica o tutorial que passou a orientar os trabalhos finais dos cursos editados pela ESISPERJ sob o título de Modelo de Relatório para Trabalho Final de Curso - TFC. A ideia de emprego de metodologias ativas para o melhor aprendizado da Inteligência de Segurança Pública nasceu com a implementação da Escola em 2014. Embora não contivesse esta denominação, era, de fato, o que ocorria. Há época, ainda somente com uma Coordenação titularizada pela subscritora e o Diretor e mentor da criação da Escola, Cel Romeu, já idealizávamos os contornos que o ensino de ISP poderia seguir. Assumir a Direção da Escola após ter trabalhado intensamente em sua implementação e quatro anos como pertencente ao corpo docente e pesquisadora da Escola foi uma oportunidade.

Como escrito linhas acima, em 2004 surge o primeiro curso de ISP, que se destinava a proporcionar a aquisição de informações e a construção de conhecimentos sobre ISP para que profissionais da área pudessem ter um atuar em conformidade com os anseios democráticos e de alcance de entrega de serviços de segurança pública mais eficazes e com efetividade, ou seja, que pudessem ter impacto positivo na entrega à sociedade de trabalho de diversos ramos da segurança pública que confluíssem para maior segurança à população do Estado do Rio de Janeiro. Não demorou para que este modelo de capacitação fosse espreado para todo o Brasil, tanto que hoje em dia estados Brasileiros

contam com seus CISP's adotando cada qual a denominação específica que cada Secretaria ou órgão entende mais pertinente.

Ter trabalhado com o Cel Romeu no nascedouro da Escola, tendo trazido da Licenciatura Plena em Ciências Biológicas de exatos 30 anos em 2014, e ainda ter tido como companheira de trabalho a pedagoga Margareth, também inauguradora da ESISPERJ, que deu continuidade ao trabalho nascido em 2004, aprimorando-o e não permitindo que estacionasse no tempo, permitiu que a atual Diretoria, sob a gestão da SEPOL, implementasse algumas inovações e criações:

- Elaboração e formatação de um tutorial de trabalho final (APÊNDICE) para que orientasse os trabalhos da ESISPERJ, com a experiência trazida pela Diretora, elaborando modelos e tutoriais de trabalho científico de mais de década e meia. Já há anos os cursos de especialização contam com um trabalho final para que os conhecimentos construídos fossem demonstrados em um documento reservado para avaliação pedagógica e demonstração de uso das técnicas aprendidas. Para que o profissional já saísse preparado para atuar em sua agência de inteligência de origem, o modelo com sua explicação fez-se fundamental para a construção do conhecimento, o que pode e deve ser estimulado nos cursos, servindo mesmo de material, quando não reservado, para futuras pesquisas e publicações, como já o ocorre no meio acadêmico;
- Criação de seminários em que a aproximação da sociedade com o aparato de segurança pública é proporcionada, visto que não há como se falar em segurança pública sem o apoio e a colaboração da sociedade e da comunidade onde ela é efetivada. O cidadão precisa conhecer sobre o que versa ISP para que possa auxiliar na sua própria segurança. O tema é de interesse vital para a vida das comunidades e da sociedade brasileira, nada mais legítimo do que ser alicerçado na própria Agência Central do Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, a SSINTE, componente da estrutura da SEPOL;
- Ações de desenvolvimento institucional efetuadas internamente, em que o atuar do antes nominado recursos humanos e hoje gestão estratégica de pessoas, gestão de talentos, capital humano dentre vários outros, se faz presente em seu subsistema de desenvolvimento de pessoas, com o uso de metodologias ativas e o emprego de técnicas de gestão para a integração e apreensão de conhecimentos para o emprego diário no trabalho;

- Atividade de pesquisa, em andamento, em que se precisa conhecer o estado da arte dos trabalhos desenvolvidos em ISP no território nacional, tanto visando o conhecimento do já produzido pela comunidade científica quanto o que ainda é necessário ser estimulado para um serviço cada vez mais célere e bem assessorado em ISP.
- Incentivo à criação de escolas de ISP nos estados brasileiros, tendo em vista que as divisões de ensino de cada órgão são de enorme valia para divulgação e aprendizagem da ISP, mas como ISP não vive sem integração das forças que para ela desenvolvem suas atividades, uma Escola de ISP, criada com essa razão de existir, teria o condão de alavancar os resultados obtidos para a população brasileira.
- Criação de um plano de ação para a Escola, com o desenvolvimento do negócio, da missão, da visão de futuro de médio e longo prazo e de valores que orientem o trabalho a ser seguido pelo corpo de profissionais das forças que compõem o quadro de pessoas que nela vivem e trabalham
- Criação da Revista de Inteligência de Segurança Pública (RISP), ideia já advinda desde 2014, quando ainda Coordenadora de Ensino da ESISPERJ, originalmente pensada como veículo interno à ISP, de cunho reservado, mas tal ação fugiria ao inteno da intenção democrática da segurança pública, assim, tomou-se a decisão de fazê-la para todos os que pelo tema se interessem, como ação de estímulo e difusão de conhecimentos;
- Criação de modelos de capacitação mais ágeis e que possam proporcionar a interação do físico com o virtual para a construção do conhecimento em ISP.

FINALIZANDO

A visão dos principais decisores na Secretaria de Estado de Polícia Civil foi e é fundamental, é esta ideia de progredir no que seria necessário e incentivar os ganhos já conquistados que trouxe e traz tranquilidade de trabalho para o ensino de ISP.

À ESISPERJ/SSINTE/SEPOL, como Órgão de Ensino subordinado à Agência Central do SISPERJ, cabe o desafio de promover o nivelamento e a integração da Comunidade de Inteligência por meio da educação profissional em ISP.

A ESISPERJ continuará como amálgama teórico que une as Agências de Inteligência (AI). A Escola vem dedicando esforços para capacitar sistematicamente todos os servidores lotadas nas diversas

agências que compõem o SISPERJ e demais órgãos da federação, tendo como referência a Doutrina de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (DISPERJ), primeira doutrina de ISP oficialmente aprovada no Brasil, em 01 de abril de 2005, e que serviu de base para a elaboração da Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP), aprovada em 2009. A DISPERJ/2005 foi revisada com apoio da ESISPERJ e formalmente aprovada em sua segunda versão, a DISPERJ/2015, em 13 de janeiro de 2015. E este é um tema que merece um outro trabalho acadêmico.

REFERÊNCIAS

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 31.519 de 12 de julho de 2002. Cria o Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. DOERJ nº 130, de 15 de julho de 2002.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 40.254 de 30 de outubro de 2006. Cria sem aumento de despesa, na estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP, como órgão de ensino, a Escola de Inteligência de Segurança Pública – ESISP – e inclui, nos subitens 2 e 3, do Anexo I ao Decreto nº 33.503, de 03 de julho de 2003, que dispõe sobre a referida estrutura, os subitens 2.7 e 3.13, respectivamente, e dá outras providências. DOERJ nº 201, de 31 de outubro de 2006.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 40.587, de 06 de fevereiro de 2007. Inclui, sem aumento de despesa, na estrutura básica da Secretaria de Estado de Segurança – SESEG, a Escola de Inteligência de Segurança Pública – ESISP, e dá outras providências. DOERJ nº 100, de 30 de maio de 2012.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 41.417 de 04 de agosto de 2008. Altera e consolida, sem aumento de despesa, a estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Segurança – SESEG, e dá outras providências.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 43.621, de 29 de maio de 2012. Altera e consolida, sem aumento de despesa, a estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESEG, e dá outras providências. DOERJ nº 100, de 30 de maio de 2012.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 44.230, de 04 de junho de 2013. Dispõe sobre a estrutura do Sistema de Inteligência do Estado do Rio de Janeiro (SISPERJ) e dá outras providências. DOERJ nº 100, de 05 de junho de 2013.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 44.528, de 19 de dezembro de 2013. Altera dispositivos dos Decretos Estaduais nº 40.254, de 30 de outubro de 2006, e 43.621, de 29 de maio de 2012, e dá outras providências. DOERJ nº 100, de 30 de maio de 2012. Altera o nome da ESISP para ESISPERJ.

RIO DE JANEIRO. Resolução nº 737, de 30 de dezembro de 2013. Dispõe sobre a reorganização e implementação da Escola de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro ESISPERJ

da Secretaria de Estado de Segurança, vinculada à Subsecretaria de Inteligência, e dá outras providências. DOERJ nº 002 de 03 de janeiro de 2014.

RIO DE JANEIRO. Resolução SESEG nº 840, de 29 de dezembro de 2014. Institui o Regimento Interno da Escola de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ESISPERJ), e dá outras providências. DOERJ nº 001, de 05 de janeiro de 2015.

Resolução SESEG nº 886, de 15 de junho de 2015. Designa os membros do Conselho Consultivo da Escola de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ESISPERJ). DOERJ de 17 de junho de 2015.

RIO DE JANEIRO. Portaria SSINTE/SESEG Nº 29 de 23 de junho de 2015. Designa os membros do conselho consultivo da Escola de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ESISPERJ). DOERJ de 29 de junho de 2015.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 45.126 de 13 de janeiro de 2015. Aprova a nova doutrina de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (DISPERJ/2015) e dá outras providências. DOERJ nº 008, de 14 de janeiro de 2015.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 46.103, de 02 de outubro de 2017. Altera e consolida, sem aumento de despesa, a estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Segurança - SESEG, e dá outras providências. DOERJ nº 184, de 03 de outubro de 2017.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 46.544, de 01 de janeiro de 2019. Estabelece a estrutura do poder executivo, e dá outras providências. DOERJ nº 001, de 05 de janeiro de 2019.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 46.547, de 01 de janeiro de 2019. Disciplina a transferência da Subsecretaria de Inteligência - SSINTE e da Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas e Inquéritos Especiais - DRACO/IE, da extinta Secretaria de Estado de Segurança - SESEG, para a estrutura básica da Secretaria de Estado de Polícia Civil - SEPOL, e dá outras providências. DOERJ nº 001, de 05 de janeiro de 2019.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 46.601, de 18 de março de 2019. Consolida, sem aumento de despesa, a estrutura básica da Secretaria de Estado de Polícia Civil, e dá outras providências, cujo Anexo I, item 1.1.12.6 faz referência à Escola de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro – ESISPERJ – como órgão subordinado à Subsecretaria de Inteligência – SSINTE. DOERJ nº 052, de 19 de março de 2019.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 46.633, de 04 de abril de 2019, que dispõe sobre a estrutura do Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro – SISPERJ, revoga o Decreto nº 08, de 25 de maio de 2018 do Interventor Federal, e dá outras providências. DOERJ nº 65, de 05 de abril de 2019.

APÊNDICE



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL
SUBSECRETARIA DE INTELIGÊNCIA
ESCOLA DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



TÍTULO DO TRABALHO

Nome dos autores

Trabalho final de curso entregue como requisito parcial para conclusão do X Curso de XXXXXXXXXXXX de Inteligência de Segurança Pública da Escola de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ESISPERJ), da Subsecretaria de Inteligência (SSINTE), da Secretaria de Estado de Polícia Civil (SEPOL).

Rio de Janeiro, RJ
XX de XXXXXXXX de 20XX

Sumário

- 1) Apresentação (nº página)
- 2) Desenvolvimento da ÁREA DO CURSO (nº página)
- 3) Conclusão do trabalho da ÁREA DO CURSO (nº página)
- 4) Componentes do grupo de trabalho

1) Apresentação

1.1 Introdução ao tema

Informar os principais aspectos sócio-político-históricos que demonstram a relevância do tema para análise dos fenômenos.

1.2 Método desenvolvido

Descrever o método de abordagem, a metodologia, as técnicas e as ferramentas utilizadas na elaboração da análise.

1.3 Percorso analítico

Informar como o resultado da análise está apresentado no texto.

2) Desenvolvimento da ÁREA DO CURSO

- Organizar as informações relevantes encontradas (não esquecer de mencionar as fontes e é interessante saber utilizar as normas da ABNT).

- Inserir gráficos, mapas e ilustrações que sejam necessários à leitura dos dados, sempre declinando a fonte.

- É imprescindível que as informações sejam acompanhadas de análise, não somente de dados ou informações sem explorar os fundamentos e estudo e interpretação do que tenha sido alcançado.

3) Conclusão da ÁREA DO CURSO

- Inserir a síntese da análise, de forma objetiva e clara.

4) Componentes do grupo de trabalho

- Inserir os nomes e as agências de origem.

Orientações para formatação:

O texto deve ser formatado em fonte Times New Roman ou Arial, tamanho 12, justificado, espaço 1,15cm, espaço após o parágrafo.

O estilo do parágrafo é americano, ou seja, sem recuo na primeira linha.

Os títulos devem ser alinhados à margem esquerda, em fonte Times New Roman ou Arial, tamanho 14, em negrito, com espaços antes e após o parágrafo.

Palavras em outros vernáculos e idiomas devem ser inseridas em itálico. Caso haja necessidade de tradução, a mesma deverá ser inserida em nota de rodapé. Nota de rodapé em fonte 10.

Os títulos dos gráficos, tabelas, quadros e figuras devem ser formatados em fonte Times New Roman ou Arial, tamanho 13, em negrito e caixa alta, centralizados, numerados em sequência única do início ao final do texto. Deve-se mencionar a fonte dos dados e autoria responsável pela elaboração do gráfico, tabela, quadro, mapa etc.

Caso haja a inclusão de grande número de gráficos, tabelas, quadros e figuras, deverá ser editada, antes da Apresentação, uma Lista de gráficos, tabelas, quadros e figuras.

DADOS DA AUTORA

Zoraia Saint'Clair Branco é graduada em Direito e possui Licenciatura Plena em Ciências Biológicas, mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas e em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É especialista em Inteligência de Estado e Inteligência de Segurança Pública (INASIS/2016-2017) e Gestão de Recursos Humanos (EBAP/FGV/1998) e em Polícia Comunitária (UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina em convênio com a SENASP-MJ/2011). Professora em nível de graduação e de pós-graduação na área de Metodologia da Investigação Científica, Inteligência de Segurança Pública e de Estado e na área de Gestão. Leciona na UCAM - Universidade Candido Mendes, na ESISPERJ/SSINTE/SEPOL e em cursos de formação e de especialização e aperfeiçoamento para servidores públicos em diversas instituições. É membro e pesquisadora do Grupo de Estudos em tecnologia de Defesa e a Evolução do Pensamento estratégico (GETED). Membro do Corpo Editorial da revista virtual Cadernos de Segurança Pública do Instituto de Segurança Pública. É Diretora da ESISPERJ/SSINTE/SEPOL, Delegado de Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro e Tem experiência em gestão organizacional e pedagógica, ensino e pesquisa na

área de formação profissional Inteligência de Segurança Pública e na área de Gestão de Riscos.

Link do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2926130501428584>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1537-9477>

PLANEJAMENTO NO CICLO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

PLANNING IN THE KNOWLEDGE PRODUCTION CYCLE

Célia Cristina Pereira da Silva Veiga³

RESUMO: A primeira fase do Ciclo de Produção de Conhecimento (CPC) é o planejamento. Nessa fase, a organização dos principais elementos que nortearão o resultado consiste em sua principal finalidade. A importância desse momento, embora seja explícita, nem sempre é considerada, sendo, muitas vezes, tratada como acessória ao fazer mais prático. Neste artigo, pretendemos explicar a fase do planejamento, a fim de evidenciar como acúmulo teórico na área de epistemologia e metodologia pode contribuir para qualificação da produção de conhecimento na Inteligência de Segurança Pública (ISP). Esta é uma pesquisa de natureza básica, de caráter explicativo, que se insere na categoria de pesquisa bibliográfica. Os resultados encontrados demonstram que o avanço científico no campo da metodologia dispõe de diversos instrumentos e técnicas, além do desenvolvimento teórico que, se utilizados, potencializam a produção de conhecimento de ISP. Concluímos que a difusão desse conhecimento é preponderante para a atividade de inteligência.

Palavras-chave: Epistemologia. Metodologia científica. Inteligência de Segurança Pública. Ciclo de Produção de Conhecimento. Planejamento.

ABSTRACT: The first phase of the Knowledge Production Cycle (CPC) is planning. In this phase, the organization of the main elements that will guide the result consists of its main purpose. The importance of that moment, although it is explicit, is not always considered, and is often treated as an accessory when making more practical. In this article, we intend to explain the planning phase, in order, to show how theoretical accumulation in the epistemology and methodology area can contribute to the qualification of knowledge production in Public Security Intelligence (ISP). This is a basic research, of an explanatory nature, which falls under the bibliographic research category. The results found demonstrate that the scientific advance in the field of methodology has several instruments and techniques, in addition to the theoretical development that, if used, enhance the production of ISP knowledge. We conclude that the diffusion of this knowledge is preponderant of intelligence activity.

Keywords: Epistemology. Scientific methodology. Public security intelligence. Knowledge production cycle. Planning.

³ Doutora em educação. Policial militar e Coordenadora de Ensino da ESISPERJ. E-mail: celiacveiga@gmail.com

INTRODUÇÃO

Em todas as atividades desenvolvidas por pessoas, o planejamento está presente de alguma forma. Mesmo quando não é realizado de modo sistemático e com a utilização de metodologia ou instrumentos e técnicas adquiridos cientificamente, os humanos, em geral, planejam desde suas tarefas cotidianas, até os eventos futuros de sua própria existência. Desde as listas de compras no supermercado até o nascimento de um filho, o planejamento é utilizado como instrumento empírico na vida humana, mesmo quando não se racionaliza sobre o assunto.

Neste artigo, traçamos os alinhamentos entre o desenvolvimento teórico da concepção de conhecimento e planejamento no campo da epistemologia e da administração científica e suas possibilidades de uso na atividade de Inteligência de Segurança Pública (ISP). Nosso percurso analítico parte da apresentação da concepção de conhecimento e seu desenvolvimento na teoria sociológica. Em segundo momento, apresentamos a concepção de planejamento, a partir da administração científica, como fase da produção da vida material. Em terceiro momento, apresentamos o planejamento no Ciclo de Produção de Conhecimento, seus fundamentos metodológicos e fases que o compõem, de modo a esclarecer seus vínculos com a produção de conhecimento científico. Os conhecimentos abordados no desenvolvimento do texto foram coletados a partir de pesquisa bibliográfica.

1. PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Antes da abordagem ao objeto de investigação deste artigo em si, faz-se necessária a apresentação, em síntese, da concepção de conhecimento e suas implicações na produção de conhecimento na atividade de ISP. Nesta seção, apresentamos um conceito de conhecimento, alguns fundamentos sociológicos que impulsionaram seu controle e utilização, sua estruturação e organização em níveis, sua relação com a ideia de verdade e a própria ideia de conhecimento na atividade de ISP.

O estudo teórico do conhecimento tem movimentado a filosofia durante séculos, fundamentando o surgimento de diversas correntes de pensamento e conceitos pautados em visões de mundo distintas. É certo que, o cognoscível não é objeto exclusivo da ciência, mas, para além disso, ocupa todo o campo da cultura e seus saberes, à medida que a própria cognoscibilidade é, essencialmente, imbricada à condição

humana. Sendo assim, tanto a gnosiologia, quanto a epistemologia tomam o estudo do conhecimento como finalidade.

Contudo, a produção de conhecimento no âmbito da ISP está orientada pela concepção epistemológica de conhecimento, por mais que a compreensão dos saberes populares possa contribuir com a análise da totalidade concreta dos fenômenos sociais. O conhecimento produzido na atividade de ISP, ainda que não seja utilizado como prova, requer fundamentação objetiva que pode ser encontrada a partir da epistemologia. Sendo assim, para embasar a produção de conhecimento na atividade de ISP, entendemos que a concepção de conhecimento mais adequada é como compreensão da realidade concreta, uma vez que a característica de ISP denominada “verdade com significado” combinada com o princípio de “precisão” está diretamente alinhada à essa concepção. Essa manifestação fenomênica objetiva traz em si uma essência, que pode estar oculta ou não, que é resultante da relação entre subjetividade e objetividade, entre teoria e prática, entre material e imaterial. Assim, expressa a dialeticidade própria da história do homem no mundo (KOSIK, 1967; SANCHÉZ-VÁZQUÉZ, 1968). A compreensão objetiva da realidade, portanto, deve nortear a produção de conhecimento na atividade de ISP a fim de que suas características e princípios sejam preservados.

A concepção de conhecimento, até que fosse possível a formulação mencionada no parágrafo anterior, foi teorizada de diversos modos, sempre ligados à concepção de mundo hegemônica. Durante séculos, todo conhecimento existente na humanidade foi tratado como imanência divina cuja onisciência elegeria os representantes receptores dos saberes. Com base nessa concepção, a religião dominou a humanidade, controlou o acesso e a produção de conhecimento e aniquilou potenciais ameaças ao argumento teologicamente construído. A vontade divina serviu como fundamento para gerações sob o domínio eclesiástico. Durante um longo período histórico, o acesso ao conhecimento existente não era concedido ao povo em geral que, por sua vez, permanecia alienado. A cultura geral nos povos ocidentais, durante a Idade Média e parte da Moderna, esteve quase exclusivamente pautada nos saberes populares, crenças religiosas e tradições orais.

O avanço da ciência, na Idade Moderna, financiado pela burguesia ávida pela tomada do controle social das mãos da Igreja, possibilitou a difusão de formas de conhecimento sistemático e pautado em critérios objetivos. É certo que a promoção da ciência confrontou os fundamentos do domínio eclesiástico e propôs avanços na cultura geral da população. A descrença nos argumentos teológicos incidiu com o

avanço das ideias iluministas, com o desenvolvimento econômico, científico e tecnológico impulsionado, principalmente, no âmbito da indústria (HOBSBAWM, 2012). Nesse contexto, a concepção de conhecimento como compreensão da realidade concreta, pautada em critérios objetivos e sistemáticos foi desenvolvida e alcançou espaço com a criação de diversos campos da ciência.

Com a globalização e o avanço da democratização do acesso ao conhecimento, próprio da sofisticação do sistema socioeconômico vigente, as políticas educacionais têm se ampliado e fomentado, ainda que distante do ideal, o desenvolvimento intelectual nas sociedades contemporâneas. Junto a isso, o desenvolvimento do pós-modernismo tem ameaçado a concepção de conhecimento. A destituição da ideia de verdade para verdade segundo uma determinada perspectiva contribui para desfragmentação da ciência e põe em xeque toda produção de conhecimento. De acordo com algumas correntes de pensamento fundamentadas nos ideais pós-modernos, não existe verdade, mas verdades determinadas por alguma perspectiva (HARVEY, 2013; HOBSBAWM, 1997; ANDERSON, 1999). Com base nisso, a refutação da ciência, a partir de justificativas individuais pautadas no senso comum e em visões de mundo particulares, tem proposto absurdos em teorias sem qualquer fundamento racional. Essa tendência, ao ser aplicada no campo da segurança pública em geral, fragiliza, ainda mais, a ordem social, ao conceber interpretações questionáveis das normas. Portanto, a ISP, responsável pela produção de conhecimento para assessoramento na tomada de decisão no âmbito da segurança pública, deve resguardar seus princípios e características, a fim de manter a interpretação objetiva da realidade concreta.

Nesse breve histórico apresentado, é evidente que o conhecimento sempre esteve sob a direção de grupos e frações que detém o controle social. Conforme afirmação de origem incerta, mas reproduzida por vários pensadores: “conhecimento é poder”. Essa elaboração tem sido apropriada na concepção de sociedade do conhecimento, contudo, nessa teoria, a concepção de conhecimento é transformada em “informação útil” (DRUCKER, 1993). Desse modo, o conhecimento é medido e hierarquizado a partir da produtividade que fundamenta. Assim, o conhecimento se torna instrumento e insumo para produção. Seu valor está relacionado ao potencial econômico agregado tanto à sua utilização, quanto à sua mercantilização.

A redução do conhecimento à informação útil descortina a essência dessa concepção no contexto pós-moderno, quando a própria ideia de verdade é questionada e sua concreticidade relativizada. Sánchez-Vázquez (1968, p. 214) criticou essa tendência ao afirmar que:

O conhecimento é útil na medida em que é verdadeiro, e não inversamente, verdadeiro porque é útil, como afirma o pragmatismo. [...] para o pragmatismo a verdade fica subordinada à utilidade, entendida esta como eficácia ou êxito da ação do homem, concebida esta última, por sua vez, como ação subjetiva, individual, e não como atividade material, objetiva, transformadora. [...] Por conseguinte, a contraposição de teoria e prática se manifesta aqui – como no mundo da consciência comum –, por uma redução do prático ao utilitário, e, consumada esta, pela dissolução do teórico (do verdadeiro) no útil.

E continua, ao afirmar que, ao dissolver o teórico em útil, subordina a verdade aos interesses individuais. Desse modo, a verdade corresponde aquilo que é vantajoso e útil acreditar (SANCHÉZ-VÁZQUEZ, 1968, p. 212). Essa concepção pragmática e utilitarista de conhecimento está em concordância com a desconstrução da ideia de verdade no pós-modernismo. A verdade é justificada por ser “útil” de acordo com interesses pessoais e não por sua materialidade, fato que “solapa a própria essência do conhecimento como reprodução na consciência cognoscente de uma realidade” (SANCHÉZ-VÁZQUEZ, 1968, p. 211).

Por outro lado, conhecimento, informação e dado têm acepções distintas, inclusive, níveis de aprofundamento diferentes. Segundo Miranda (1999, p. 286), “dado é o conjunto de registros qualitativos ou quantitativos conhecido que organizado, agrupado, categorizado e padronizado adequadamente transforma-se em informação”. Assim, informação “são dados organizados de modo significativo, sendo subsídio útil à tomada de decisão” (MIRANDA, 1999, p. 287). Ambos os conceitos são diferentes das concepções apresentadas para conhecimento.

Segundo a DNISP (2015):

Dado é toda e qualquer representação de fato, situação, comunicação, notícia, documento, extrato de documento, fotografia, gravação, relato, denúncia⁴, dentre outros, ainda não submetida, pelo profissional de ISP, à metodologia de Produção de Conhecimento.

Conhecimento é o resultado final - expresso por escrito ou oralmente pelo profissional de ISP - da utilização da Metodologia de Produção de Conhecimento sobre dados e/ou conhecimentos anteriores (DNISP, 2015, p. 23).

Desse modo, “produzir conhecimento é transformar dados e/ou conhecimentos anteriores em conhecimentos avaliados, significativos, úteis, oportunos e seguros, de acordo com metodologia própria e específica” (DNISP, 2015, p. 23).

Além disso, na ISP, as ideias de conhecimento e de verdade estão intimamente relacionadas. Para evidenciar os diferentes estados de apropriação da verdade, a doutrina organiza os estados da mente humana. Desse modo,

Certeza: consiste no acatamento integral, pela mente, da imagem por ela mesma formada, como correspondente a determinado fato. A certeza é, dessa forma, o estado em que a mente adere à imagem de um objeto, por ela formada, sem temor de enganar-se.

Opinião: é o estado em que a mente acata, porém com receio de enganar-se, a imagem por ela mesma formada, como correspondente a determinado objeto. A opinião é, portanto, um estado no qual a mente se define por um objeto, podem com receio de equívoco. Por isso, o valor do estado de opinião expressa-se por meio de indicadores de probabilidade.

Dúvida: é o estado em que a mente encontra, metodicamente, em situação de equilíbrio, razões para aceitar e razões para negar que a imagem por ela mesma formada, está em conformidade com determinado objeto.

Ignorância: é o estado da mente que se caracteriza pela inexistência de qualquer imagem de determinado objeto. A ignorância é um estado puramente nulo da mente. Nesta situação, o espírito encontra-se privado de qualquer imagem sobre uma realidade específica. (DISPERJ, 2015, p. 15-16).

Com base nesse fundamento epistemológico, podemos afirmar que a produção de conhecimento depende da compreensão do que é conhecimento. Seguido a isso, é necessário o entendimento do que é planejamento, conforme analisamos na seção seguinte.

2. PRODUÇÃO DE PLANEJAMENTO

O planejamento, ainda que de modo empírico, sempre esteve relacionado a toda atividade produtiva humana, mas a administração científica estabeleceu marcos no que diz respeito à sua utilização. Com a adoção da administração científica aprofundada no contexto de desenvolvimento do modo de produção fordista-taylorista, o planejamento foi inserido como princípio da administração da produção, em conjunto com organização, direção e controle.

Planejar, de acordo com a acepção mais corrente da palavra, conforme encontrado nos vernáculos da língua portuguesa, significa desenvolver a planificação de, criar a planta de, elaborar a planificação de, programar, projetar, preparar, prever, antecipar, ou vislumbrar algo que ainda não aconteceu. A capacidade humana de racionalizar sobre o que não existe ainda e criar meios para

concretizar o pensamento está presente na essência do planejamento. Diante dessa compreensão, Fayol (1990, p. 26) afirmou que planejar “é perscrutar o futuro e traçar o programa de ação” e Taylor (1995, p. 19) afirmou que o ato de planejar consiste em substituir o critério individual do operário, a improvisação e o empirismo por métodos planejados e testados. Com base nisso, podemos inferir que o ato de planejar é um processo teleológico por meio do qual são organizados métodos para alcançar um determinado objetivo.

Portanto,

Planejamento é a função administrativa que define objetivos e decide sobre os recursos e tarefas necessários para alcançá-los adequadamente. Como principal decorrência do planejamento estão os planos. Os planos facilitam a organização no alcance de suas metas e objetivos. Além disso, os planos funcionam como guias ou balizamentos para assegurar os seguintes aspectos:

1. Os planos definem os recursos necessários para alcançar os objetivos organizacionais.
2. Os planos servem para integrar os vários objetivos a serem alcançados em um esquema organizacional que proporciona coordenação e integração.
3. Os planos permitem que as pessoas trabalhem em diferentes atividades consistentes com os objetivos definidos. Eles dão racionalidade ao processo. São racionais porque servem de meios para alcançar adequadamente os objetivos traçados.
4. Os planos permitem que o alcance dos objetivos possa ser continuamente monitorado e avaliado em relação a certos padrões ou indicadores a fim de permitir a ação corretiva necessária quando o progresso não seja satisfatório (CHIAVENATO, 2008, p. 341).

Conforme Chiavenato (2008, p. 344), para planejar é necessário conhecimento da organização, tanto no que diz respeito ao contexto em que está inserida, quanto no que diz respeito às suas especificidades, sua missão, seus objetivos básicos. Esse autor estabeleceu seis aspectos necessários para o planejamento: 1) definição dos objetivos (para onde queremos ir?); 2) diagnóstico da situação atual (onde estamos agora?); 3) previsão em relação ao futuro (o que temos pela frente?); 4) sistematização das alternativas de ação (quais os caminhos possíveis?); 5) avaliação da melhor alternativa (qual o melhor caminho?); e 6) implementação do plano escolhido e avaliação dos resultados (como iremos percorrê-lo?).

Outro aspecto importante e que tem alinhamentos com o escopo deste artigo é a existência de níveis de planejamento: estratégico, tático e operacional (CHIAVENATO, 2008, p. 346). Esse

alinhamento está presente na existência de níveis hierárquicos entre as AI nos seus respectivos sistemas e dos níveis de assessoramento (político, estratégico, tático e operacional), conforme as doutrinas (DISPERJ, 2015; DNISP, 2015). Portanto, para compreensão teórica dos termos mencionados, oriundos da administração científica, note-se que:

O planejamento estratégico é um processo organizacional compreensivo de adaptação através da aprovação, tomada de decisão e avaliação. Procura responder a questões básicas, como: por que a organização existe, o que ela faz e como faz. O resultado do processo é um plano que serve para guiar a ação organizacional por um prazo de três a cinco anos. [...] Enquanto o planejamento estratégico envolve toda a organização, o planejamento tático envolve uma determinada unidade organizacional: um departamento ou divisão. Enquanto o primeiro se estende ao longo prazo, o planejamento tático se estende pelo médio prazo, geralmente o exercício de um ano. Enquanto o primeiro é desenvolvido pelo nível institucional, o planejamento tático é desenvolvido pelo nível intermediário. Na verdade, o planejamento estratégico é desdobrado em vários planejamentos táticos, enquanto estes se desdobram em planos operacionais para sua realização. Assim, o planejamento tático é o planejamento focado no médio prazo e que enfatiza as atividades correntes das várias unidades ou departamentos da organização. O médio prazo é definido como o período que se estende por um ano. O administrador utiliza o planejamento tático para delinear o que as várias partes da organização, como departamentos ou divisões, devem fazer para que a organização alcance sucesso no decorrer do período de um ano de seu exercício. Os planos táticos geralmente são desenvolvidos para as áreas de produção, marketing, pessoal, finanças e contabilidade. Para ajustar-se ao planejamento tático, o exercício contábil da organização e os planos de produção, de vendas, de investimentos etc. abrangem geralmente o período anual. [...] O planejamento operacional é focalizado para o curto prazo e abrange cada uma das tarefas ou operações individualmente. Preocupa-se com “o que fazer” e com o “como fazer” as atividades cotidianas da organização. Refere-se especificamente às tarefas e operações realizadas no nível operacional. Como está inserido na lógica de sistema fechado, o planejamento operacional está voltado para a otimização e maximização de resultados, enquanto o planejamento tático está voltado para a busca de resultados satisfatórios. O planejamento operacional é constituído de uma infinidade de planos operacionais que proliferam nas diversas áreas e funções dentro da organização. Cada plano pode consistir em muitos subplanos com diferentes graus de detalhamento (CHIAVENATO, 2008, p. 347-348).

O planejamento na inteligência está presente em várias dimensões, desde à organização da ISP como um todo – seus sistemas, canais, agências, recursos, proteção – até à produção de conhecimento em si, com seus instrumentos e técnicas. Portanto, a existência de diversos planos no âmbito da AI evidencia tal afirmativa: Plano de Operações de Inteligência de Segurança Pública, Plano de Segurança Orgânica, Plano de ISP etc. Neste artigo, no entanto, o assunto planejamento é abordado como elemento da metodologia de produção de conhecimento de ISP.

A compreensão conceitual da ideia de planejamento, conforme teóricos do campo da Administração, pode nortear e fundamentar o planejamento para produção de conhecimento. Além desse fundamento, o campo da metodologia de pesquisa também é essencial nesse processo, uma vez que o conhecimento científico é o objeto final da pesquisa. Sendo assim, “a pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 155).

Na fase do planejamento da pesquisa, é necessário delimitar o objeto, formular o problema, especificar os objetivos, selecionar métodos e técnicas, levantar dados iniciais, construir hipóteses, organizar e testar instrumentos de pesquisa, organizar equipe de trabalho, levantar recursos, estabelecer um cronograma (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 155). Todos esses elementos são partes constituintes do projeto de pesquisa.

Na atividade de ISP, a produção de conhecimento é realizada de modo semelhante, contudo, a partir de outras nomenclaturas que compõem a metodologia de produção de conhecimento específica em cada doutrina, conforme apresentamos na próxima seção.

3. PLANEJAMENTO NO CICLO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

No Ciclo de Produção de Conhecimento (CPC) e na Metodologia de Produção de Conhecimento (MPC), o Planejamento é uma das quatro fases, junto com Reunião de Dados, Processamento e Utilização, no CPC (DISPERJ, 2015), ou Reunião de Dados, Processamento, “Formalização e Difusão”, na MPC (DNISP, 2015). Por sua importância no processo de produção de conhecimento de ISP, essa fase não se encerra no momento inicial, mas perpassa todo o processo. É fato que, não são poucas as vezes em que ocorre o retorno ao planejamento, sobretudo, porque ele está presente nas demais fases da metodologia, como elemento intrínseco das demais fases. Desse modo, há um planejamento geral na produção de conhecimento, como também existem planejamentos específicos para cada uma das demais fases que, dependendo do tamanho da Agência de Inteligência, pode ser realizado e executado por agentes distintos.

O planejamento no CPC e MPC, portanto, é destinado à organização do processo de produção de conhecimento da ISP, com foco nos fins e objetivos que se pretende atingir. Conforme estabelece a DNISP (2015, p. 16):

Planejamento é a fase da MPC na qual são ordenadas, de forma sistematizada e lógica, as etapas do trabalho a ser desenvolvido, estabelecendo o objetivo ou necessidades, prazos, prioridades e cronologia, definindo os parâmetros e as técnicas a serem utilizadas, partindo-se dos procedimentos mais simples para os mais complexos. Planejar deve constituir-se em uma ação rotineira ao profissional de Inteligência.

Sendo assim, durante o planejamento elaborado na fase inicial do CPC ou MPC devem ser determinados: o assunto, o prazo, a faixa de tempo, o usuário, a finalidade, os aspectos essenciais conhecidos e a conhecer, as medidas extraordinárias e as medidas de segurança (DISPERJ, 2015; DNISP, 2015).

O primeiro elemento a ser definido no planejamento da produção de conhecimento de ISP é o assunto. Na pesquisa científica, o assunto pode ser comparado ao problema de investigação, sendo certo que, toda questão de estudo é sempre dependente de um objeto de pesquisa. O assunto no planejamento pode ser sistematizado pela apresentação do objeto de investigação sobre o qual uma questão é levantada. Essa questão, por sua vez, deve ser apresentada com clareza e objetividade ou, conforme doutrina, o assunto deve ser preciso, determinado e específico (DISPERJ, 2015; DNISP, 2015). A determinação do assunto precisa ser norteada pela relação entre a capacidade de produção de um determinado conhecimento pela AI e o prazo para conclusão da atividade. Sendo assim, é preciso delimitar o assunto de acordo com a capacidade produtiva da AI⁴. A avaliação dessa capacidade deve considerar a relação: assunto – meios de produção de conhecimento – analistas, contudo, quando o assunto foi previamente delimitado por instâncias externas ou superiores, é necessária a verificação da possibilidade de acionamento de medidas extraordinárias.

O segundo elemento do planejamento é o prazo. A determinação do prazo, na maioria das vezes, independe da discricionariedade do analista, tendo em vista que, os prazos costumam ser estipulados em

4 Capacidade produtiva de um órgão qualquer é a combinação dos meios de produção (dos recursos financeiros, materiais e humanos disponíveis) com o tempo necessário para produção de um determinado objeto ou serviço.

instância superior ou de acordo com a AI demandante do conhecimento solicitado. Todavia, quando existe a possibilidade de determinação no prazo no âmbito da AI que produzirá o conhecimento, é necessário considerar o princípio da oportunidade e a capacidade produtiva da AI. O equilíbrio entre esses dois aspectos dimensiona o planejamento adequado para produção de conhecimento útil e oportuno.

O terceiro elemento do planejamento é determinação da faixa de tempo referente à questão investigada. Em primeiro lugar, é necessário esclarecer que nenhum conhecimento a ser produzido está alheio ao seu contexto. Com base nisso é que o planejamento deve considerar o período a que se refere o assunto em voga, ainda que o assunto seja contínuo. A cronologia é importante, sobretudo, na apresentação do conhecimento, de modo a evidenciar a sequência dos fatos sobre o assunto no período determinado no planejamento.

O quarto elemento a ser considerado no planejamento é o usuário. Normalmente, nos casos de produção de conhecimento demandado por outra AI, o usuário é, previamente, delimitado. Contudo, qualquer que seja o caso, durante o planejamento, deve ser considerado o nível de ação do usuário, se estratégico, tático ou operacional. Com base nessa característica do usuário, o nível do conhecimento a ser produzido deverá estar de acordo com o nível da AI que receberá o conhecimento.

O quinto aspecto a ser observado durante o planejamento é a finalidade da produção do conhecimento. No campo da metodologia, esse elemento é o objetivo da pesquisa, portanto, ao estabelecer a finalidade da produção de conhecimento, é importante determinar, com clareza, a que se destina a produção do conhecimento planejado. Contudo, os princípios do sigilo e da compartimentação da ISP, por vezes, impedem o acesso a detalhes sobre a motivação da produção do conhecimento demandado. Nesse caso, tanto o CPC, quanto a MPC orientam a esgotar o assunto, conferindo ao tomador de decisão um conhecimento com máximo de abrangência e profundidade possível.

O sexto aspecto do planejamento está dividido em duas partes a serem definidas: os aspectos essenciais conhecidos e os aspectos essenciais a conhecer. Para facilitar o estabelecimento dos aspectos essenciais de um conhecimento de ISP, a ferramenta 5W2H pode ser acionada. Essa ferramenta, pautada no Heptâmetro de Quintiliano, organiza 7 elementos necessários na produção de um conhecimento, por meio de perguntas simples: “*What?*” (“O que?”), “*Why?*” (“Por quê?”), “*Who?*” (“Quem?”), “*When?*”

(“Quando?”), “Where?” (“Onde?”), “How?” (“Como?”) e “How much?”⁵ (“Quanto?”). Essas perguntas podem auxiliar na compreensão do que é conhecido e das lacunas existentes acerca de um assunto.

Conforme sintetiza a Doutrina:

Os aspectos essenciais do assunto subdividem-se em:

Conhecidos: Consiste em verificar, dentre os aspectos essenciais já determinados, aqueles para os quais já se tenha algum tipo de resposta, antes do desencadeamento de qualquer medida de reunião de dados e/ou conhecimentos. É importante separar as respostas completas das incompletas e as que expressam certeza das que expressam opinião ou dúvida.

A Conhecer: Consiste em verificar os aspectos essenciais, para os quais o analista deve obter novas respostas, novos elementos de convicção às respostas já disponíveis e os seus complementos, se necessários. (DNISP, 2015, p. 27).

Sendo assim, a partir da sistematização dos aspectos essenciais conhecidos pela AI, a tarefa do analista é encontrar e organizar os aspectos essenciais ainda desconhecidos e que se tornarão objetivo da produção de conhecimento. Para isso, organizamos algumas ações que podem contribuir com o trabalho do analista nesse processo. Em nossa compreensão, ao buscar pelos aspectos essenciais a conhecer, é necessário:

1. Manter postura investigativa acerca da questão de estudo;
2. Observar o fenômeno e o objeto;
3. Pesquisar e ler sobre o assunto;
4. Recolher e organizar dados;
5. Analisar os processos;
6. Pontuar as lacunas.

Durante esse processo de sistematização dos aspectos essenciais a conhecer, outro aspecto que evidencia um planejamento efetivo, é a organização dos meios e instrumentos a serem utilizados para

5 Alguns analistas têm utilizado o 5W1H. Nesse caso, o termo “How much” é excluído. A justificativa para sua utilização é que o aspecto custo operacional nem sempre é avaliado na produção de conhecimento na AI, portanto, não é incluído no planejamento. Contudo, ainda que não haja estimativa de custo para produção de conhecimento pretendida, o aspecto “quanto” pode ser descrito pela não requisição de recursos. A não existência de custo também é uma informação a ser considerada pelo tomador de decisão. Por outro lado, a retirada do termo implica no esquecimento de avaliação desse aspecto que, pode comprometer a adoção de medidas extraordinárias.

obtenção do conhecimento. Nesse momento, o analista pode resgatar a ferramenta 5W2H para cada aspecto a conhecer e estabelecer o encadeamento dos conhecimentos a serem produzidos por ordem lógica ou cronológica, conforme o caso. Essa organização é necessária, inclusive, para a sistematização do próximo aspecto a ser observado no planejamento: as medidas extraordinárias.

Medidas extraordinárias são aquelas que extrapolam os recursos normais da AI (DNISP, 2015, p. 28; DISPERJ, 2015, p. 18). O recurso incluído no CPC e na MPC abre a possibilidade de que, durante a produção de conhecimento, sejam implementadas medidas incomuns à rotina da AI, como a contratação de serviços terceirizados, a organização de eventos, a busca por consultorias, a realização de censos, pesquisas de opinião etc. Tendo em vista que essas medidas são extraordinárias e implementadas de acordo com a necessidade específica de uma determinada atividade a ser desenvolvida, as possibilidades são inúmeras.

Por fim, o último aspecto a ser determinado no planejamento da produção de conhecimento são as medidas de segurança. O caráter sigiloso dos conhecimentos produzidos no âmbito da inteligência é o principal elemento que diferencia esse tipo de conhecimento dos demais conhecimentos produzidos. Portanto, as medidas de segurança são, essencialmente, integradas ao conhecimento produzido no âmbito da ISP. Com isso, na fase do planejamento, é necessário que sejam elencadas as medidas que serão acionadas para segurança do conhecimento, da AI, dos envolvidos na atividade de produção de conhecimento de ISP, enfim, no âmbito do processo como um todo.

Uma medida que pode auxiliar na produção do planejamento para produção de conhecimento de ISP é a elaboração de uma matriz, destinada à utilização no âmbito da AI. A adoção dessa estratégia pode massificar a importância de planejamento e infundir uma concepção de produção de conhecimento mais racional e sistemática na AI.

CONCLUSÃO

O empirismo na produção de conhecimento é uma ideia pautada no senso comum que merece atenção. A compreensão teórica dilatada com o desenvolvimento do processo educativo é uma realidade que tem impactado diversas instâncias da sociedade e, conseqüentemente, a esfera pública.

A ISP, em sua área de ação essencialmente imbricada com a produção de conhecimento, é impactada diretamente com os novos paradigmas acerca das concepções de conhecimento e planejamento na sociedade contemporânea. Faz-se necessário que haja análise cuidadosa dos avanços no campo da epistemologia e da administração científica e sua efetividade para ISP, sem abdicar dos princípios e características que fundamentam a doutrina de inteligência adotada.

É certo que, a importância da racionalização dos processos implementados nas AI resta como resultado positivo nas tendências e avanços da ciência. Cabe, portanto, aos agentes responsáveis pela produção de conhecimento na ISP, a assunção desse papel de reflexão, assimilação e adequação dos avanços científicos e tecnológicos à atividade de ISP.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1999.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração geral e pública**. São Paulo: Ed. Campus, 2008.
- DISPERJ (2015). **Doutrina de Inteligência de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro (RJ): Secretaria de Estado de Segurança, 2015.
- DNISP (2015). **Doutrina nacional de Inteligência de Segurança Pública**. Brasília (DF): Ministério da Justiça, 2015.
- DRUCKER, Peter. **A sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1993.
- FAYOL, Henri. **Administração industrial e geral: previsão, organização, comando, coordenação e controle**. São Paulo: Ed. Atlas, 1990.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2013. 348 p.
- HOBBSAWM, Eric. **A era do capital - 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.
- HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- KOSIK, Karel. **Dialética de lo concreto**. México: Ed. Grijalbo, 1967. 141 p.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Ed. Atlas, 2003.
- MIRANDA, R. C. da R. O uso da informação na formulação de ações estratégicas pelas empresas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 3, p.284-290, set./dez. 1999.

SANCHÉZ-VÁZQUÉZ, Adolfo. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1968.

TAYLOR, Frederick W. **Princípios de administração científica**. São Paulo: Atlas, 1995.

VEIGA, Celia Cristina Pereira da Silva. **Determinantes sócio-históricos das mudanças recentes na gestão da educação profissional tecnológica no Brasil**. Nova Iguaçu (RJ); Seropédica (RJ): 2020. 377 p. Tese [Doutorado em Educação] – Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc), Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

DADOS DA AUTORA

Célia Cristina Pereira da Silva Veiga é graduada em Pedagogia, mestre e doutora em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É membro e pesquisadora do Grupo de Pesquisa sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS/UFRRJ) e da Rede Universitas, que é vinculada ao GT-11 da ANPED. É policial militar do Rio de Janeiro e Coordenadora de Ensino da ESISPERJ/SSINTE/SEPOL. Atua como docente no Curso de Especialização Lato Sensu em Gestão Educacional (CEGED), da UFRRJ e como secretária executiva e parecerista *ad hoc* da Revista Trabalho, Política e Sociedade (RTPS). Tem experiência em docência no Ensino Superior na área de Educação e em coordenação pedagógica e docência na área de formação profissional em Inteligência de Segurança Pública.

Link do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0863312283560180>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4932-5968>

O CONCEITO DE FONTE E SUAS IMPLICAÇÕES NA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

THE SOURCE CONCEPT AND ITS IMPLICATIONS IN PUBLIC SECURITY INTELLIGENCE ACTIVITY

Marlon Garcia da Silva Bastos⁶

RESUMO: Entre a obtenção de um dado e a formulação de um conhecimento na inteligência há um processo próprio o qual denominamos ciclo de produção de conhecimento. Este processo é composto por fases e etapas, doutrinariamente conceituadas, que carecem, muitas vezes, de uma análise detida sobre si. Assim, estipulamos como objeto as técnicas empregadas na fase de processamento do ciclo de produção de conhecimento. Nosso problema de investigação é compreender em que medida o conceito de fonte adotado atualmente nas normas de inteligência de segurança pública influencia o processo de produção de conhecimento. Para responder esse problema de pesquisa, procurou-se realizar uma pesquisa básica, de análise qualitativa, de caráter explicativo, tomando como instrumentos de coleta de dados a análise de fontes bibliográficas primárias e secundárias. Concluiu-se que os conceitos imprecisos de fonte presentes atualmente nas normas de inteligência de segurança pública, e em outras, podem implicar em um comprometimento sistêmico do processo de produção de conhecimento e no assessoramento, objetivo central da atividade de inteligência. Comprometendo, assim, a própria essência da atividade de inteligência.

Palavras-chave: Inteligência. Segurança pública. Análise. Fonte. Conceito..

ABSTRACT: Between the acquisition of a data and the formulation in the field of intelligence, there is a specific process which is called the “knowledge production cycle”. This process consists of phases and stages, conceptualized by legal doctrines, but there are few in-depth analyses of specialized literature. In this paper, I intend to take as subjects of inquiry the techniques employed in the processing phase of the knowledge production cycle. My aim is to understand the extent to which the concept of source currently adopted in public security intelligence standards exerts any influence in the knowledge production process. Therefore, the general objective was to analyze the extent to which the concept of source in public security intelligence influences knowledge production. For this purpose, it is necessary to carry out a basic qualitative, explanatory research, using as tools for collection of data the analysis of primary and secondary bibliographic sources. I conclude that the vague definitions of source currently employed in the public security intelligence norms - as well as in other norms -, may seriously hinder the knowledge production process, as well as the advising process, which is the central goal of the intelligence activity. The most serious consequence of that is actually to compromise the very essence of an intelligence agency.

Keywords: Intelligence. Public security. Analyze. Source. Concept.

⁶ Especialista em Inteligência Policial. Capitão da Polícia Militar e Coordenador de Análise na SSINTE/SEPOL. E-mail: garciaoficialpm@gmail.com

INTRODUÇÃO

A atividade de inteligência consiste em, a partir de dados, produzir conhecimento para assessorar um tomador de decisão. Esse processo é chamado de ciclo, ou metodologia, de produção de conhecimento. Ele é dividido em quatro fases denominadas: planejamento, reunião de dados, processamento e difusão. Elegemos como tema deste trabalho as técnicas empregadas na fase de processamento. Para isso, trabalhamos inicialmente com normas brasileiras de inteligência de segurança pública (ISP) e com normas brasileiras de inteligência militar, de forma subsidiária, sendo ainda complementado pelas bibliografias relevantes em nível nacional sobre o tema. Dessa forma, buscamos resolver o seguinte problema: em que medida o conceito de fonte adotado atualmente nas normas de inteligência de segurança pública influencia o processo de produção de conhecimento?

A falta de estudos anteriores focados nessa parte técnica da inteligência demonstra que é uma parcela do conhecimento geral sobre a atividade que ainda demanda discussões. O que justifica a realização desse trabalho. Destacamos ainda a relevância que esse trabalho pode apresentar nas elaborações de novas normativas na área de inteligência, seja para ratificação daquilo que já vem sendo feito ou retificação, caso os resultados indiquem alguma falha.

Nosso objetivo geral é analisar em que medida o conceito de fonte adotado atualmente nas normas de inteligência de segurança pública influencia o processo de produção de conhecimento. E nossos objetivos específicos são: 1) conceituar fonte no serviço de inteligência; 2) compreender a relação da fonte com o processo de produção de conhecimento; e 3) e examinar os desdobramentos que a conceituação da fonte tem na atividade de inteligência.

“Um *termo* não é uma *palavra* [...] uma palavra pode ter muitas acepções, principalmente as palavras importantes. [...] um termo é uma palavra *usada de maneira não ambígua*.” (MORTMER; DOREN, 2010, p. 111-112). Existem muitas palavras utilizadas na inteligência que têm diversos significados e são comumente empregadas no cotidiano, como dado, conhecimento, fonte, análise etc. Para que, ao longo do texto, essas ambiguidades não atrapalhem o discurso, os termos próprios da inteligência serão empregados, a partir de então, em itálico, dessa forma: *dado*, *conhecimento*, *fonte*, *análise*.

1. O CONCEITO DE FONTE NA INTELIGÊNCIA

Muito se fala sobre *fontes* e suas classificações na *inteligência*. A *fonte* tem um papel importante, mas pouco discutido. Para entender sua funcionalidade, devemos inicialmente compreender o que a *fonte* é, verificando sua essência através dos conceitos apresentados na *inteligência* de segurança pública e em outros campos da atividade.

1.1 Ideias gerais de fonte

Fonte é uma palavra polissêmica e de uso cotidiano, o que pode gerar imprecisões em seu emprego na *inteligência*. Entre os significados comuns encontrados em dicionários (DICIO, 2020; MICHAELIS, 2015; PRIBERAM, 2020), podemos observar que estão divididos em (i) aqueles relacionados à procedência ou princípio de algo, (ii) aqueles relacionados aos nascedouros de água, (iii) aqueles relacionados à procedência de informações e (iv) outros, referenciando termos biológicos, locais, caracteres tipográficos etc.

As três primeiras divisões feitas acima, apesar de orientações diversas, têm um ponto congruente, a ideia de procedência, origem ou princípio de algo. Sendo assim, o primeiro sentido empregado é uma generalização dos demais, que funcionam como espécies. As fontes d'água são os locais de onde o líquido provém, as fontes de informações, seguem o mesmo sentido, assim como fonte de recursos, fonte de ideias etc.

Pela proximidade do assunto, é importante verificar aquilo que separamos como tendo o significado mais próximo à área das informações. Dentro desse campo, há o emprego acadêmico da palavra, como exemplo “o texto original de uma obra ou do qual são retiradas informações para um trabalho” (DICIO, 2020), também chamado de referência. Há também o emprego do termo referindo-se à procedência de uma informação não necessariamente acadêmica, muito comum no meio jornalístico. Exemplos dessa definição são: 1) “Documento ou pessoa que fornece uma informação (ex.: o jornalista não revelou as suas fontes)” (PRIBERAM, 2020); 2) “Pessoa ou situação da qual provém as informações referentes a um determinado fato: minha informação é de fonte segura”(DICIO, 2020); ou ainda 3) “Pessoa usada por um repórter para obter informações, em geral privilegiadas e/ou secretas”

(MICHAELIS, 2015). A acepção não acadêmica da fonte de informação é muito próxima à utilizada na *inteligência*, com as devidas ressalvas.

1.2 Acepções de fonte na inteligência

O serviço de *inteligência* tem suas normas próprias que são estabelecidas em doutrinas e manuais. Nesses textos, estão as definições dos objetos que permeiam a atividade de *inteligência*, entretanto, nem sempre há concordância entre as classificações nas diversas normativas. O que acontece também com a concepção de *fonte*. Contudo, é mister que haja uma introdução a outros conceitos para melhor compreender-se o principal.

1.2.1 Dado e conhecimento

Antes de discutirmos sobre *fonte na inteligência*, é necessário entender outros dois conceitos: *dado* e *conhecimento*. Apesar de certa semelhança entre esses termos e aqueles apresentados em outros campos do conhecimento, para a *inteligência*, eles têm significado particular, como pode ser observado a seguir:

Dado é toda e qualquer representação de fato, situação, comunicação, notícia, documento, extrato de documento, fotografia, gravação, relato, denúncia etc, ainda não submetida, pelo profissional de ISP, à metodologia de Produção de Conhecimento (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 15).

Essa definição é encontrada de forma muito semelhante em doutrinas de *inteligência* (BRASIL, 2015b, p. 23). Apesar das poucas diferenças, as características comuns aos diversos conceitos de *dado* são que ele (i) é representação de algo e (ii) ainda não foi trabalhado por um profissional de *inteligência*, não foi submetido à *metodologia de produção de conhecimento*. Por sua vez, aquilo que resulta desse processo é denominado *conhecimento*, como pode ser observado na seguinte definição: “Conhecimento é o resultado final – expresso por escrito ou oralmente pelo profissional de ISP – da utilização da metodologia de Produção de Conhecimento sobre dados e/ou conhecimentos anteriores” (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 15).

A *inteligência* militar (BRASIL, 2019, p. 2-16) traz umas pequenas nuances no seu conceito de *dado*. Ambas as características elencadas na vertente da segurança pública também estão presentes. Contudo, enquanto nas normas de ISP, os objetos representados nos *dados* são fatos, situações e uma

série de outros elementos (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 15), no ramo militar, os objetos se restringem a fatos e situações, enquanto a maior parte dos demais elementos são descritos como meios pelos quais o *dado* representa seu objeto.

1.2.2 As definições de fonte na inteligência

Fonte é definida na Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP) da seguinte maneira: “São pessoas, organizações ou documentos que detêm o *dado*” (BRASIL, 2015b, p. 28). O conceito trazido dessa forma traz algumas imprecisões. Quando é dito que *fonte* são pessoas, organizações ou documentos, há uma enumeração desses entes como *fontes*, mas não uma definição do que a *fonte* é. Nesse mesmo conceito, indica-se que esse ente, para ser caracterizado *fonte*, precisa deter um *dado*. Extraí-se desse conceito que um ente, entre os listados, que possui um *dado* é uma *fonte*. A Doutrina de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (DISPERJ) utiliza o mesmo conceito, acrescentando entre os entes a figura dos equipamentos (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 12).

O verbo utilizado nas definições da *inteligência* de segurança pública parece ser insuficiente para a compreensão de *fonte*. Observemos a seguinte ilustração: uma pessoa A presencia um assassinato e conta para as pessoas B, C e D. Os três contam a outra pessoa, denominada E, e essa repassa a informação ao serviço de *inteligência*. A pessoa A, como presenciou o fato, detém aquela informação, contudo, B, C, D e E também a detêm, pois A repassou a informação e também todos os outros. Nesse exemplo, com o conceito em questão, todas essas pessoas seriam consideradas *fontes*.

Na *inteligência* militar, *fonte* “de *dado*, é tudo aquilo que contém, produz ou apreende um *dado*” (BRASIL, 2019, p. 2-17) e, como exemplo, cita que “podem ser pessoas, grupos, organizações, documentos, fotos, vídeos, instalações, equipamentos e qualquer outro elemento do qual se possa extrair dados de interesse” (BRASIL, 2019, p. 2-16). Os verbos utilizados acampam mais possibilidades, todavia não parecem modificar o exemplo *dado* no parágrafo anterior.

1.3 Análise dos conceitos de fonte na inteligência

Os conceitos apresentados de *fonte* são muito próximos àqueles dos dicionários que chamamos de fonte de informação não necessariamente acadêmica. Entretanto, há uma característica geral de fonte que está ausente nesses conceitos, que é a ideia de procedência, origem ou princípio. Nas definições de

fonte, o verbo produzir pode abranger essa acepção, o que não acontece com deter, conter ou apreender, tampouco acontece com qualquer outro termo.

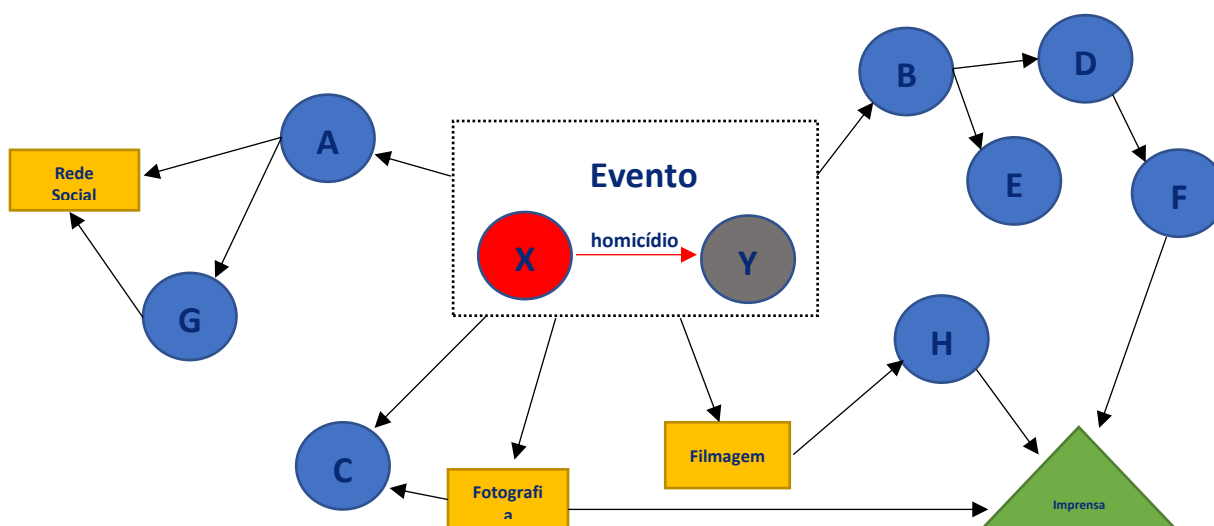
Há na *inteligência* militar um conceito não tratado nas normas de *inteligência* de segurança pública⁷ que se faz importante nesse processo de compreensão. Poderá haver entre a *fonte* e o profissional responsável por submeter o *dado* à metodologia de produção de *conhecimento* (*analista*), um terceiro elemento, denominado *canal de transmissão*. Ele meramente transmite um *dado*, é um simples mensageiro. Há ainda a orientação de que o *analista* “deve sempre considerar como o *dado* chegou ao seu conhecimento, para constatar se o recebeu diretamente da fonte ou por meio de um canal de transmissão (intermediário)” (BRASIL, 2019, p. 2-17).

Com essa orientação, percebe-se que não há confusão entre os conceitos de *fonte* e de *canal de transmissão*. Rememorando o exemplo dado e com base nesse novo conteúdo, pode-se excluir B, C e D como *fontes*, já que eles somente transmitiram a informação trazida por A, exercendo assim o papel de *canal de transmissão*. Contudo, mesmo com a identificação desse novo elemento, não se tem explicado na própria definição de *fonte* aquilo que a define, nem mesmo alocando o *canal de transmissão* como excludente em sua caracterização, como o exemplo a seguir: *fonte* é tudo aquilo que contém, produz ou apreende um *dado*, desde que não seja um *canal de transmissão*.

A fim de fazer uma análise mais precisa de algumas possibilidades práticas, propomos um exemplo mais complexo (FIGURA 1). Representamos os humanos por círculos, as organizações por triângulos e os aparelhos e outras tecnologias por retângulos. O evento, dentro da linha pontilhada, é o homicídio praticado por X contra Y. A, B e C são pessoas que observaram o crime acontecer. A relatou o evento para G e ambos postaram seus relatos sobre o evento em rede social. B contou o ocorrido para E e D, esse último repassou para F. C, além de observar, fotografou o evento. Uma câmera de vigilância local fez uma filmagem do evento e H teve acesso a ela. Um órgão de imprensa teve acesso à fotografia produzida por C e obteve os relatos de H e de F.

⁷ Ao tratar da autenticidade da fonte, há uma conclusão lógica que pode ser extraída das doutrinas (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 20) que sugere a existência de algo que se diferencia da fonte, mas não há citação direta ao canal de transmissão, apesar da DNISP reconhecer que possa existir um intermediário entre no caminho do dado (BRASIL, Ministério da Justiça, 2015, p. 30). (Nota do autor)

FIGURA 1: ILUSTRAÇÃO DE UMA REDE DE COMUNICAÇÃO SOBRE EVENTO DETERMINADO DE HOMICÍDIO



Fonte: Elaborado pelo autor.

Tendo esse exemplo como base, o evento é a situação ou fato. Sua representação é o *dado*. Se seguirmos a definição pura e simples que temos, todos os elementos são considerados *fontes*, já que todos apreendem ou detém o *dado*. Contudo, se observarmos quem exerce o papel de *canal de transmissão* do *dado*, identificamos D, E, F, G e H. Desses, talvez haja um pouco de dúvida quanto o papel do H, mas se considerarmos que o *canal* está entre a *fonte* e o *analista*, e a filmagem pode ser considerada *fonte*, fica mais simples o entendimento. A rede social, a imprensa e a pessoa E estão após os elementos que também podem ser considerados *fontes*, logo, não são *fontes*. Restam, assim, A, B, C, a fotografia e a filmagem que satisfazem as condições de *fonte* e não são excluídos dessa condição por não serem considerados *canais*.

O que esses elementos que não foram excluídos têm em comum que os tornam *fontes*? Todos eles têm contato direto com o evento. Não há intermediários entre o evento e a *fonte*. A representação do fato nasce na *fonte*, já que o fato em si não se representa. Como o *dado* é a representação da situação e a representação é criada na fonte, o *dado* nasce na *fonte* de forma genuína. Portanto, *fonte* é tudo aquilo que produz ou apreende um *dado* de forma genuína e *canal de transmissão* é tudo aquilo que, não sendo *fonte*, apreende um *dado* após a *fonte*, servindo de intermediário ou mensageiro. Essa acepção de *fonte* satisfaz os conceitos, até então, trazidos pelas doutrinas de *inteligência*, exclui aqueles considerados *canais de transmissão* e satisfaz a ideia geral de fonte, que é de procedência, origem ou princípio de algo.

1.3.1 Fonte, dado e conhecimento

Em todos os momentos que nos referimos à *fonte*, sua ligação foi com o *dado*, como é observado nas normas de *inteligência* aqui referenciadas (BRASIL, 2015a; 2015b; 2019). A *fonte* é o nascedouro do *dado*, não do *conhecimento*. O *conhecimento*, como já dito anteriormente, é resultante do trabalho de um *analista* – quem aplica a *metodologia de produção de conhecimento* a *dados* ou a outros *conhecimentos* (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 15). O trabalho da agência de *inteligência* (AI) é produzir conhecimento (BRASIL, 2015b, p. 15). Portanto, assim como o *dado* nasce na *fonte*, o *conhecimento* nasce no órgão de *inteligência* que o produz.

A DISPERJ, ao descrever o cabeçalho dos documentos de *inteligência*, destaca o campo denominado *origem*, que deve ser preenchido com a “indicação da AI que detém a primeira autoria do assunto do documento que está sendo difundido” e assevera ainda que “a regra geral é que ‘origem não muda’” (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 24). De acordo com essa definição, a *origem* é uma agência de *inteligência* que produz de forma genuína um conhecimento, é seu nascedouro. Assim, se uma agência X difunde um *conhecimento* à agência Y, que, por sua vez, repassa à agência Z, não se pode afirmar que a origem do *conhecimento* é Y ou Z. A autoria do *conhecimento* é a agência X, incorrendo em erro quem o atribuí a qualquer outra. A segunda agência teria o papel que o *canal de transmissão* tem para com o *dado*. Não é seu princípio, é somente seu local de passagem. Portanto, a *origem* está para o *conhecimento* tal como a *fonte* está para o *dado*.

2. FONTE E A METODOLOGIA DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

O processamento é uma das quatro fases que compõe o *Ciclo de Produção de Conhecimento* ou *Metodologia de Produção de Conhecimento* (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 26), a partir do qual são produzidos os *conhecimentos*. Essa fase é composta por quatro etapas, denominadas: avaliação, análise, integração e interpretação. Tanto as fases do ciclo, quanto a etapa do processamento, possuem uma ordenação lógica, mas que não é obrigatoriamente cronológica (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 17).

Durante a etapa de avaliação, serão verificadas a pertinência, a credibilidade e a relevância (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 19)⁸ dos objetos, *dados* e *conhecimentos*, que estão sendo avaliados. A relação do objeto frente ao objetivo – o *conhecimento* que será produzido – é essencial no exame da *pertinência* e da *relevância* do objeto, já que no exame de pertinência “o analista verifica se o assunto constante do dado ou conhecimento reunido interessa e está conectado ao assunto do conhecimento a ser produzido” (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 19) e no averiguar da *relevância*, serão estabelecidas as parcelas fundamentais para a produção do *conhecimento* (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 20). A mesma relação não se encontra durante o exame de *credibilidade* (BRASIL, 2015b, p. 30; RIO DE JANEIRO, 2015, p. 19), que é um trabalho exercido sobre o *dado* independente do objetivo. Costa (2019, p. 49) defende que *avaliação* deve ser realizada imediatamente após a obtenção do *dado*. Contudo, não é possível a aplicação de todo o processo de *avaliação* dessa forma, pois o exame da pertinência e da relevância só é possível se relacionado com o objetivo, o *conhecimento* que se planeja produzir. A exceção está na *credibilidade*, que, por ser independente do objetivo, pode ser verificada a qualquer tempo.

Examinar a *credibilidade* de um *dado* é determinar a veracidade do *dado* ou do *conhecimento* pretérito a partir do julgamento de sua *fonte* (ou *origem*, no caso do *conhecimento*) e do seu conteúdo (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 19). Busca-se na *fonte* o seu grau de idoneidade. Para isso, três aspectos da *fonte* são verificados: a *autenticidade*, a *confiança* e a *competência* (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 19). A fonte será autêntica quando confirmado que o objeto, *dado* ou *conhecimento*, “provém da fonte presumida” (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 19)⁹. Nesse sentido, o exame da *autenticidade* é a própria identificação da *fonte*. Tanto o exame de *confiança*, que está ligado aos antecedentes da *fonte*, quanto a verificação da *competência*, onde se afere a habilidade da *fonte* em obter o *dado* e as condições em que ocorreu, são dependentes da identificação da fonte, já que sem ela não é possível examinar os outros dois aspectos.

⁸ A DNISP não indica na definição de avaliação a relevância do dado, estabelecendo de forma direta somente a pertinência e o grau de credibilidade. Contudo, indiretamente, sem utilizar uma nomenclatura específica, há menção de que os dados e conhecimentos serão ordenados de acordo com prioridade (BRASIL, Ministério da Justiça, 2015, p. 30). (Nota do autor)

⁹ As doutrinas e os trabalhos sobre inteligência mesmo admitindo que tanto o dado quanto o conhecimento podem ser submetidos ao processo de produção de conhecimento, trazem em seu bojo a referência muito arraigada ao exame de fonte, portanto se referindo aos dados, não fazendo a diferenciação quando se trata de conhecimento, ou seja, da origem. A utilização da palavra fonte em determinados momentos, mesmo nas doutrinas, é feita de forma atécnica, sendo mais uma referência geral, com a ideia de procedência, origem ou princípio de algo. (Nota do autor)

O exame da *autenticidade* da *fonte* transcende o julgamento da própria *fonte*. No julgamento de conteúdo, os aspectos inspecionados são outros: a *coerência*, a *compatibilidade* e a *semelhança* (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 19). No primeiro, é feita uma comparação interna do próprio conteúdo, no segundo há uma comparação externa, entre o conteúdo e aquilo que é de conhecimento da agência de *inteligência*. Na *semelhança*, é observado se o conteúdo do *dado* está em conformidade com outro *dado* “oriundo de fonte diversa, que venha reforçar, por semelhança, os elementos do dado sob observação” (BRASIL, 2015b, p. 34). A DISPERJ também reforça que, se os dados forem “oriundos de fontes diferentes, há um significativo reforço na credibilidade. Se oriundos da mesma fonte, não há nenhum reforço” (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 20). Portanto, o próprio julgamento do conteúdo é dependente da identificação da fonte.

3. DESDOBRAMENTOS DA IMPRECISÃO DO CONCEITO DE FONTE

A falta de precisão ou mesmo a indefinição do conceito de *fonte* permeia desde doutrinas a diversos trabalhos sobre *inteligência*. Gonçalves (2018, p. 107-133) dedica um capítulo do seu livro a *fontes* e meios de obtenção de *dados*, contudo não é apresentada uma definição do que seria considerado *fonte*. Costa (2019, p. 50) traz a seguinte definição: “Considera-se uma fonte uma pessoa, uma organização, ou mesmo documentos, site de internet, enfim, qualquer meio de se obter um dado”. Se considerarmos essa definição de *fonte* e utilizarmos o exemplo que passamos (FIGURA 1), a agência de *inteligência* que apreende um *dado* por meio da imprensa, considera-a *fonte*, já que ela foi o meio pelo qual o dado foi obtido. Essa caracterização ignora o *canal de transmissão* e o que vem sendo debatido até aqui, mesmo tendo o autor, na mesma fala, alertado sobre a busca da autenticidade da *fonte* e do cuidado de não confundir a *fonte* com o *canal*.

Considerando os documentos de *inteligência*, a própria DISPERJ traz imprecisão na definição de *fonte* (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 12), que é acompanhada pela DNISP (BRASIL, 2015b, p. 28). A primeira, inclusive, alude a *fontes* de obtenção de *dados*, o que se aproxima mais da ideia de meios de se obter, o que não necessariamente corresponde à *fonte*. Apesar de vários aspectos elucidativos serem oriundos da *inteligência* militar, uma série de imprecisões também são encontradas. Como exemplo, a passagem “a fonte pode ter a informação de primeira ou segunda mão” (BRASIL, 2015a, p. 3-1), que claramente não distingue o papel da *fonte* e do *canal de transmissão*.

1.4 Fonte e meio de obtenção de dados

A principal imprecisão observada nos documentos que serviram de base para o presente estudo é a confusão entre *fonte* e meios de obtenção de *dado*. Em diversas passagens a palavra fonte é usada para se referir ao meio pelo qual o *dado* é obtido. Vejamos alguns exemplos: “A atividade de ISP dispõe, basicamente, de duas fontes para obter dados” (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 12), “Fonte HUMINT é a pessoa de quem se obtém a informação para posterior produção de conhecimento de Inteligência” (BRASIL, 2015a, p. 3-1), “Considera-se uma fonte (...) qualquer meio de se obter um dado” (COSTA, 2019, p. 50), “(...) fontes humanas, forma importante de obtenção de informações de interesse da inteligência (...)” (GONÇALVES, 2018, p. 109).

Há várias formas de se obter um *dado* e os exemplos são suficientes nas normas de *inteligência*. Quando observamos o trecho “pessoas, grupos, organizações, documentos, fotos, vídeos, instalações, equipamentos e qualquer outro elemento do qual se possa extrair dados de interesse” (BRASIL, 2019, p.2-17), principalmente pela parte final, poderíamos entender que são exemplos de meio de obtenção de *dado*, já que são peças de onde os dados podem ser obtido. Todavia, essa passagem exemplifica o que pode ser uma *fonte*. A cogitada confusão entre *fonte* e meio de obtenção de *dado*, por intermédio de seus exemplos eletivos, é aceitável, porque toda *fonte* pode ser um meio de obtenção e todo meio de obtenção pode ser uma *fonte*, mas não necessariamente um corresponde ao outro.

Evocando o exemplo que demos anteriormente (FIGURA 1), se um profissional de *inteligência* tem contato com quaisquer dos elementos da ficção, de forma isolada, seja pessoa, organização ou um meio tecnológico, é possível dele obter o *dado*. Portanto, todos aqueles entes são meio de obtenção de *dados*, mas nem todos são *fonte*. Pode-se extrair o *dado* de uma *fonte* ou extrair o *dado* de um *canal de transmissão*, ambos são meios de obtenção de *dados*.

1.5 Classificação das fontes

Todas as referências bibliográficas aqui trabalhadas trazem classificações das *fontes*. Algumas especificações são feitas nas doutrinas, que GONÇALVES (2018, p. 107) sintetiza em classificação quanto à confidencialidade e quanto à origem dos *dados*. As duas aparecem em todas as normas de *inteligência* consultadas, às vezes demonstrando nomenclatura diferente. O que causa estranheza é o trabalho intelectual de classificar algo que não se tem definido de forma clara. A identificação das

características acidentais para classificação é feita sem que haja a identificação da essência, que os torna aquilo que são. Há, portanto, possibilidade de se classificar o objeto como *fonte*, sem realmente o ser.

Recobrando a ordenação acima, verifica-se que quanto à confidencialidade, há uma divisão em fontes abertas e fontes fechadas (BRASIL, 2015b, p. 29). Nas primeiras, os *dados* são obtidos de forma livre, nas segundas, os *dados* estão protegidos ou negados, necessitando de credenciamento ou uma ação qualificada para extrai-lo (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 19). Fica evidente, pela explicação, que não estamos tratando essencialmente de *fonte*, mas de um meio de se obter os *dados*, que pode não oferecer resistência ao acesso (fonte aberta) ou pode oferecer resistência (fonte fechada). Como já dissemos anteriormente, esse meio de se obter o *dado* pode ser uma *fonte*, mas não é imprescindível que o seja.

A outra classificação, quanto à origem dos dados, faz uma divisão entre *fonte* humana e *fonte* eletrônica (ou técnica, ou técnico-científica) (GONÇALVES, 2018, 107-108). A *inteligência* de segurança pública fluminense assim explica:

Fonte Humana é aquela na qual o Homem, seja orgânico, seja externo, é o centro, o ponto de aplicação do esforço, mesmo quando apoiado por diversos equipamentos, os quais nada mais são do que meios especiais e apoios técnicos. Na realidade, quem busca o dado é o Homem e a Inteligência é a Humana.

Fonte Eletrônica é aquela na qual os equipamentos eletrônicos são os detentores dos dados e, para capturá-los, o ponto central é o equipamento eletrônico e o Homem, apenas um analista dos dados obtidos (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 13).

O relato da doutrina deixa claro que o que está se chamando de *fonte* novamente é o meio pelo qual se obtém o *dado*. Portanto, as duas classificações que são atribuídas à *fonte*, em verdade, são categorizações dos meios de obtenção de *dados*.

1.6 Os danos causados pela incompreensão da essência da fonte

Ao longo do trabalho, observamos como a conceituação de *fonte* é essencial para sua identificação no caso prático, distinguindo-a dos demais elementos. Agora passaremos a explicar o porquê essa distinção é essencial para o serviço de *inteligência*, seja o de segurança pública, o militar ou as outras classificações. O trecho abaixo, retirado do livro de um dos fundadores da Agência Central de Inteligência

dos Estados Unidos da América (tradução livre)¹⁰ e grande influenciador da comunidade de *inteligência* até os dias atuais (WOLOSZYN, 2018, p. 142), resume o que será aqui discutido.

Explorações das Fontes - O Princípio da Exploração das Fontes requer o perfeito acionamento de todas as fontes que possam jogar alguma luz sobre a Informação.

Quais são as possibilidades e limitações prováveis de cada fonte? Até que ponto confirmam-se ou se contradizem? Quanto mais variadas as fontes, maior a possibilidade de efetivas verificações cruzadas. Fontes variadas ampliam as bases do documento, aprofundam a perspectiva e diminuem a possibilidade de erros sérios (PLATT, 1974, p. 66)

Quando um fato ocorre e não temos contato direto com ele, precisamos de representações desse ocorrido para remontá-lo e podermos compreendê-lo. Até mesmo o presenciando, nossa observação é parcial e muito pode não ter sido apreendido. Quanto mais representações do objeto, melhor será a compreensão sobre ele. Um fato relatado por diversos observadores pode ter vários entendimentos diferentes, ângulos de observações diferentes e inclusive contradições. Contudo, após descartadas as divergências, ou aquilo não foi confirmado por mais de um observador, haverá um núcleo daquele episódio que será o mais próximo possível do fato real. Esse é o trabalho de julgamento de conteúdo de um *dado* que já discutimos anteriormente (p. 9) e vimos que é altamente dependente da *fonte*.

Sobre o mesmo fato, poderemos obter diversas representações. Algumas delas podem vir de pessoas que observaram diretamente o ocorrido e outras que não observaram, mas obtiveram aquela representação de outro modo. O primeiro problema em se ter como base um não observador direto é o da comunicação. Não sabemos qual era a capacidade de observação e descrição do fenômeno do observador, igualmente não sabemos se o terceiro pode apreender tudo aquilo que foi descrito, ou seja, poderá haver alterações entre a representação genuína do fato, a representação relatada ao terceiro, a percepção do terceiro e o seu relato. Quando imaginamos um quarto elemento, a cadeia fica mais complexa e a possibilidade de perda ou alterações nas informações é maior. É o problema enfrentado no lúdico telefone-sem-fio. Portanto, quanto mais longa a minha cadeia entre a *fonte*, que presencia o objeto, e o profissional de *inteligência*, mais significativas podem ser as imprecisões do *dado*. Identificar a *fonte* permite eliminar

¹⁰ *Central Intelligence Agency – CIA* (Nota do autor)

o maior número de *canais de transmissão* possível, a fim de buscar, preferencialmente, a *fonte* ou o *canal* mais próximo dela.

Em uma suposição, há uma rede composta pela *fonte* e três *canais de transmissão* e não há quaisquer problemas na transmissão do *dado*, ele é fielmente o mesmo o qual a *fonte* possui. O analista, sem ter identificando a *fonte*, recebe o dado de quaisquer combinações desses elementos, seja a *fonte* mais um, dois *canais* ou mesmo todos eles. O dado que ele recebeu não é diferente, não possui perspectiva diferente. Ele é tão somente o mesmo dado originado na mesma *fonte*. É uma repetição da mesma informação. Não se trata de uma informação semelhante, trata-se do mesmo *dado*. O perigo está em, como não há identificado a *fonte* e os *canais de transmissão*, todos serem tomados como *fonte* e, na *análise*, o conteúdo for classificado no seu mais alto grau, por ter sido, no imaginário do *analista*, confirmado por diversas *fontes*. Esse erro pode comprometer todo o serviço de *inteligência* e as decisões que serão tomadas baseadas no conhecimento produzido.

CONCLUSÃO

O trabalho procurou percorrer a linha de planejamento traçada, trazendo, assim, alguns resultados cuja relevância pode ser considerada. Ao conceituar *fonte* no serviço de *inteligência*, com base nas normativas atuais, percebemos que as definições observadas são imprecisas à medida que não conseguem determinar a essência da *fonte*. Não foi descrito um conceito que permita distinguir as *fontes*, os meios de obtenção de *dados* e os *canais de transmissão*, sendo que esse último mal é tratado na *inteligência* de segurança pública.

Ao tentar compreender a relação da *fonte* com o processo de produção de *conhecimento*, observamos que o exame da *credibilidade* do *dado* se dá de forma independente do objetivo de se produzir um conhecimento mais complexo. O que não ocorre com o exame de *pertinência* e *relevância*. Isso faz com que a *credibilidade* seja aferida a qualquer tempo. Dentro dela, no julgamento da *fonte* e do conteúdo, a *fonte* tem papel primordial, já que, além de ser objeto no seu próprio exame, é elemento fundamental para aferição do conteúdo.

No exame dos desdobramentos que a conceituação da *fonte* pode ter na atividade de *inteligência*, foram encontradas indicações que a consequência direta é o erro na identificação da *fonte*, o que

compromete tanto seu próprio julgamento, como o julgamento do conteúdo, como consequência maior, todo o exame de *credibilidade* do *dado*, os *conhecimentos* produzidos a partir dele e as decisões tomadas com base nesse assessoramento. Toda a cadeia de produção de conhecimento e a própria finalidade do serviço de *inteligência* pode ser afetada por uma um conceito inexato de *fonte*.

Portanto, o resultado dessa pesquisa foi observar que os conceitos imprecisos de *fonte* presentes atualmente nas normas de *inteligência* de segurança pública e em outras podem implicar em um comprometimento sistêmico do processo de produção de *conhecimento* e no assessoramento, objetivo da atividade de *inteligência*. Comprometendo, assim, a própria essência da atividade de *inteligência*.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **Manual Técnico EB70-MT-10.401**: Produção do Conhecimento de Inteligência. 1. ed. Brasília (DF), 2019. 143p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Manual de Fundamentos EB20-MF-10.107**: Inteligência Militar Terrestre. 2. ed. Brasília, DF, 2015a. 59p.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública**. 4. ed., rev. e atual. Brasília: Ministério da Justiça, 2015b. 80p.

COSTA, Romano. **Inteligência policial judiciária**: os limites doutrinários e legais na assessoria eficaz à repressão ao crime organizado. Rio de Janeiro: Brasport, 2019.

DICIO. **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/fonte/>. Acesso em: 20/10/2020.

GONÇALVES, Jonisvaldo Brito. **Atividade de inteligência e legislação correlata**. Niterói (RJ): Impetus, 2018.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Editora Melhoramentos Ltda., 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/FONTE/>. Acesso em: 20/10/2020.

MORTMER, J. Adler; DOREN, Charles Van. **Como ler livros**: o guia clássico para a leitura inteligência. Tradução de Edward Horst Wolff e Pedro Sette-Câmara. São Paulo: É Realizações, 2010.

PLATT, Washington. **Produção de informações estratégicas**. Tradução de Major Álvaro Galvão Pereira e Capitão Heitor Aquino Ferreira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1974.

PRIBERAM. **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. Priberam Informática, S.A, 2008-2020. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/fonte>. Acesso em: 20/10/2020.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Subsecretaria de Inteligência. **Doutrina de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ, 2015. 45p.

WOLOSZYN, André Luís. **Inteligência militar**: o emprego no Exército Brasileiro e sua evolução. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2018.

DADOS DO AUTOR

Marlon Garcia da Silva Bastos é graduado no Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar D. João VI, em 2010. Concluiu o Curso de Inteligência para Oficiais (CIntOf), em 2012. Especializou-se em Inteligência Policial, em 2020. É graduando em Direito pela UERJ. Coursou também o CISP, CAISP, CARISP, todos pela Escola de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ESISPERJ), CIAI e Curso de Formação de Multiplicadores em Análise de Inteligência (CPC M), ambos pela SENASP. Atuou como instrutor convidado no Curso Básico de Inteligência na SSI/SEPM e atua como professor convidado na ESISPERJ, desde de 2019.

Link do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6983021967588031>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4443-8704>

GERENCIAMENTO DE RISCO NA INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

RISK MANAGEMENT IN PUBLIC SECURITY INTELLIGENCE

*Antônio Fernandes da Costa Neto*¹¹
*Marcio Pereira Basílio*¹²

RESUMO

O presente artigo resulta de investigação acerca da utilização da metodologia de análise de risco na atividade de Inteligência de Segurança Pública. O estudo foi realizado por meio de levantamento bibliográfico e análise conceitual da metodologia de análise de risco, a fim de estabelecer bases para elaboração de uma metodologia apropriada para esse tipo de análise voltada para atividade de Inteligência de Segurança Pública. Apontaram-se, por meio desse levantamento, as características das atividades, seus pontos em comum e sua utilidade para tomada de decisão pelo gestor de segurança pública. O tema está inserido no contexto dos profissionais da atividade de inteligência e de seu trabalho na área de segurança pública. O resultado apresentado alinha o conceito das duas atividades, bem como a similaridade e a aplicabilidade de ambas em conjunto.

Palavras-chave: Atividade de inteligência. Gestão de risco. Segurança pública. Polícia.

ABSTRACT

This article is the result of an investigation about the use of risk analysis methodology in the Public Security Intelligence activity. The study was carried out by means of a bibliographic survey and conceptual analysis of the risk analysis methodology, in order to establish bases for the elaboration of an appropriate methodology for this type of analysis aimed at Public Security Intelligence activity. Through this survey, the characteristics of the activities, their common points and their usefulness for decision making by the public security manager were pointed out. The theme is inserted in the context of intelligence professionals and their work in the area of public security. The result presented aligns the concept of the two activities, as well as the similarity and applicability of both together.

Keywords: Intelligence activity. Risk management. Public safety. Police.

INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como objetivo demonstrar a utilização do gerenciamento de risco na política de segurança pública, por meio do sistema de inteligência, especificando os elementos do processo de

11 Mestrando em Administração Pública. Policial militar. E-mail: antoniocostaneto@gmail.com

12 Doutor em Engenharia de Produção. Policial Militar e Subsecretário Geral da SEP. E-mail: marciopbasilio@gmail.com

gerenciamento de risco e propondo uma metodologia que sistematize o gerenciamento de risco na inteligência de segurança pública.

A palavra Inteligência tratada neste artigo é referente ao exercício permanente e sistemático de ações especializadas para analisar ameaças reais ou potenciais na esfera de Segurança Pública. Em nosso contexto latinoamericano, era comum a utilização da palavra "informação" como resultado da análise e processamento de "notícias", enquanto os anglo-saxões utilizavam a palavra "inteligência" como a consequência de analisar e processar "informação". Em ambos os casos, o que se pretende é auxiliar a tomar decisões corretas (DE LA PEÑA, 2012).

O limite da pesquisa sobre a atividade de inteligência é devido ao seu caráter sigiloso, definido pelo Decreto Federal n. 7.845/2012 (BRASIL, 2012): “Todo aquele que tiver conhecimento, nos termos deste Decreto, de assuntos sigilosos fica sujeito às sanções administrativas, civis e penais decorrentes da eventual divulgação dos mesmos”.

Na primeira seção, a análise de risco foi abordada como teoria, descrevendo sua forma metodológica e definindo conceitos básicos fundamentais para o entendimento adequado dessa forma analítica voltada para tomadores de decisão. A definição de risco torna mais claro os caminhos que podem ser seguidos por aqueles que procuram minimizar os problemas de um impacto negativo sobre os objetivos monitorados. Após essa definição, foi abordado o processo da análise de risco e suas várias etapas e identificada a necessidade da constante reavaliação de todas as etapas do gerenciamento de risco. A análise de risco está presente como uma das etapas do gerenciamento de risco, dessa forma, a constante revisão de suas análises é indispensável, pois os eventos sociais são dinâmicos e suas mudanças devem ser acompanhadas para que não haja falhas nas futuras ações indicadas pelo estudo de análise de risco.

Na segunda seção, foram abordados os fundamentos da atividade de inteligência, a fim de evidenciar a utilidade da análise de risco concomitante com a metodologia de produção de conhecimento na Inteligência de Segurança Pública. Houve a preocupação em trazer à baila os princípios da atividade de inteligência que são a oportunidade, objetividade e sigilo, entre outros. A oportunidade está sempre presente em atividades de inteligência. Quando se trata de segurança pública, esse princípio é primordial, pois o ambiente social modifica rapidamente e no momento que o conhecimento deixa de ser oportuno, deixa de ter utilidade. O sigilo deve ser perseguido em todos os momentos, desde o início da coleta de

dados, pois, de outra forma, perde-se a confiabilidade e da mesma forma o conhecimento passa a não ter serventia para a atividade de inteligência.

Foram ainda abordados como fundamentos da atividade de inteligência, a produção e a salvaguarda de conhecimento e de dados. Enfatiza, com isso, a precisão da coleta de dados e informações, para transformá-los em conhecimento e identificar possibilidades prospectivas que definem as decisões dos gestores de segurança pública. Na Contrainteligência está identificada a condição imperativa do sigilo e da proteção de toda a informação que seja de interesse do órgão de inteligência.

Na terceira seção, a exposição foi elaborada no sentido de integrar aspectos da Inteligência de Segurança Pública à metodologia de análise de risco. As ideias da definição de probabilidade e impacto são aprofundadas, por meio das matrizes de descritores que funcionam como importante instrumento auxiliar na confecção de um trabalho de análise de risco.

A alta relevância dos descritores é ratificada no momento da composição da matriz de análise de risco, tendo em vista que para produzir um conhecimento claro e possível de ser utilizado, carece que as acepções das palavras utilizadas, nos relatórios de inteligência com análise de risco, estejam bem definidas. A partir dessa definição, passa a ser possível a interpretação da matriz de análise de risco, com a identificação de impacto e probabilidade, sendo separados por matizes políticas, urbanas, sociais etc. ou por quantidade e tempo, respectivamente.

Por último, apresentamos a construção da matriz de análise de risco, propriamente dita, na qual os níveis de risco podem ser observados pelos gestores de segurança pública. Esse instrumento confere a possibilidade de deliberação a partir de indicações multicóres, reservando para o relatório textual, somente, a eliminação de algumas dúvidas que possam surgir.

1. ANÁLISE DE RISCO

Riscos são encontrados em todos os momentos de nossas vidas: ao ir para o trabalho, dirigir um carro ou, até mesmo, fazer compras no mercado. As pessoas procuram reduzir a probabilidade de serem afetadas por esses riscos, mesmo que de maneira involuntária, em suas atividades diárias.

Risco é o efeito da incerteza nos objetos, onde a incerteza é o estado, mesmo que parcial, da deficiência das informações relacionadas a um evento, sua compreensão, seu conhecimento, sua consequência ou sua probabilidade (ABNT, 2009). Risco também pode ser considerado a chance de alguma coisa acontecer, de uma vulnerabilidade ou ameaça que pode causar impacto em uma atividade ou evento programado. Risco pode estar relacionado a aspectos tanto positivos como negativos. Entretanto, no campo da segurança, o risco tem sido tratado como aspecto negativo, por isso, a gestão dos riscos se concentra na prevenção ou diminuição do dano.

A tentativa de identificar e controlar riscos no âmbito da segurança pública é preocupação atual de qualquer governo e, para isso, é necessário o aprofundamento dos estudos sobre gerenciamento de risco.

As organizações enfrentam uma ampla gama de riscos que podem afetar o resultado de suas operações. O objetivo geral desejado pode ser declarado como uma missão ou um conjunto de objetivos corporativos. Os eventos que podem impactar uma organização podem inibir o que ela está procurando alcançar, aumentar esse objetivo ou criar incerteza sobre os resultados (HOPKIN, 2010).

No caso específico da segurança pública, a atividade pode ser considerada como ordem social, de forma mais ampla, e as ações criminosas pontuais, de forma mais específica. O evento programado em que pode ocorrer riscos pode ser uma solenidade, uma comemoração, um espetáculo de qualquer natureza, ou uma ação policial, podendo ter pequenas, médias ou grandes proporções.

Para identificar a necessidade da utilização do gerenciamento de risco nas políticas de segurança pública, aqueles que tomam decisões devem tentar responder perguntas tais como: O Estado sabe, exatamente, qual é a causa primeira do risco? Quando se pergunta por que o índice de crimes aumentou no mês passado, o Estado pode responder, com clareza, qual foi o setor do ambiente social que influenciou esse aumento? O Estado, hoje, tem o controle do ganho ou da perda com suas políticas de segurança pública?

Ao examinar com atenção essas, entre outras questões, pode-se perceber a importância do gerenciamento do risco, pois elas ilustram a dificuldade desta gerência (HOPKIN, 2010). Portanto, sem metodologia científica adequada não é possível implementar política de segurança pública que atenda às necessidades da sociedade.

Na política de segurança pública, o setor de inteligência é o mais próximo da prática natural do gerenciamento de risco, tendo em vista que inteligência é considerada a atividade que objetiva a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos, dentro e fora do território nacional, sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental (BRASIL, 1999).

O gerenciamento de riscos é área em desenvolvimento, existindo diferentes posicionamentos com relação ao que engloba, como deve ser conduzido e para que serve. Portanto, são necessários estudos que possam garantir certa concordância em relação à terminologia utilizada; processos para implementação, estrutura organizacional e objetivos do gerenciamento de risco.

O gerenciamento de risco pode ser aplicado a um vasto campo de atividades, decisões ou operações de qualquer empresa pública, privada ou comunitária, grupo de pessoas ou até mesmo de qualquer indivíduo, seja na área de medicina (MATTU, 2020), na área de finanças (RAMPINI; VISWANATHAN; VUILLEMEY, 2020), em universidades (PRIYARSONO; WIDHIANI; SARI, 2019), na área policial (WORDEN; HARRIS; MCLEAN, 2014), entre outros. Pela generalidade e grande possibilidade de utilização do gerenciamento de risco, é que há uma enorme necessidade de estudos que focalizem a utilização desse tipo gerenciamento nas políticas públicas de segurança.

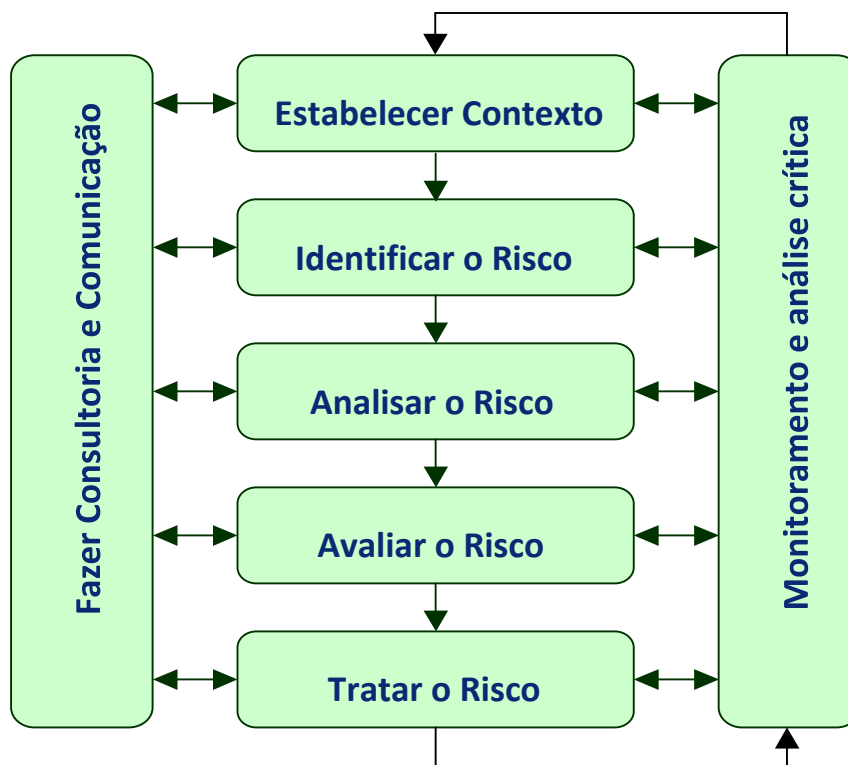
Quando ocorre um jogo de futebol, que envolve times de grandes torcidas, o aparato policial inicia um processo para minimizar os riscos que, possivelmente, existirão. Maior quantitativo de policiais é deslocado para as cercanias do estádio, para controlar o grande volume de pessoas que por ali circularão. Assim, a polícia está, de forma rudimentar, realizando o gerenciamento de risco da segurança pública.

Não há como ignorar que uma multidão de pessoas, num mesmo lugar, expõe a ordem pública a risco, que pode abalar o *status quo*, acabando com a paz e tranquilidade esperada pelas pessoas que ali estão. Dessa mesma forma, ignorar o risco aplicado à segurança pública, tanto nas atividades cotidianas quanto nos eventos programados, pode causar vários danos à segurança e à saúde da população; à reputação, credibilidade e prestígio do Governo; à confiança social e política no Governo; à saúde financeira e ao patrimônio do Estado.

A sistematização do gerenciamento de risco tem sido extremamente recomendada como prática necessária à condição de governança de um Estado (ALBRIS; LAUTA; RAJU, 2020). Esse gerenciamento deve respeitar um fluxo contínuo de reavaliações e revisões de cada etapa do processo.

Segundo normatizado, o Gerenciamento de Risco deve ser coordenado de acordo com o Fluxograma abaixo.

Figura 1 – Gestão de riscos — Princípios e diretrizes



Fonte: NBR ISO 31000 (ABNT, 2009).

O processo de gerenciamento de risco envolve várias etapas como reuniões com especialistas no assunto a ser gerenciado, para que todos possam emitir opiniões sobre o tema trabalhado (HOPKIN, 2010). Cada atividade, cada evento é diferente e requer sua própria estratégia de gerenciamento de risco.

A consultoria e a comunicação com o público interno e externo dos órgãos de segurança pública são peculiaridades de cada etapa do gerenciamento de risco e faz parte do processo com um todo. Em todos os momentos do sistema devem estar presentes a consultoria e a comunicação.

O contexto interno e externo de gerenciamento de risco deverá ser determinado de maneira que possa fundamentar todo o restante do processo. Para que isso ocorra, o critério que será utilizado para

definir qual risco possui maior relevância deverá ser estabelecido e a estrutura da análise claramente definida.

A deliberação da relevância do risco deve estar estabelecida em matrizes de risco (Quadro 1), onde serão apontados graus de impacto e probabilidade e níveis de risco de forma visual (HOPKIN, 2010). Na composição da Matriz, poderão ser utilizados os métodos qualitativos e quantitativos de utilização de dados.

Quadro 1 – Exemplo de Matriz de Risco (Probabilidade x Impacto).

MATRIZ DE RISCO					
PROBABILIDADE	IMPACTO (GRAU DE SEVERIDADE)				
	INSIGNIFICANTE	PEQUENO	MÉDIO	GRAVE	CATASTRÓFICO
ALTAMENTE PROVÁVEL	MÉDIO	MÉDIO	ALTO	MUITO ALTO	CRÍTICO
PROVÁVEL	BAIXO	MÉDIO	MÉDIO	ALTO	MUITO ALTO
POSSÍVEL	BAIXO	BAIXO	MÉDIO	ALTO	ALTO
IMPROVÁVEL	MUITO BAIXO	BAIXO	BAIXO	MÉDIO	MÉDIO
REMOTA	MUITO BAIXO	MUITO BAIXO	BAIXO	BAIXO	MÉDIO

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao identificar o risco, o analista deverá procurar onde, quando, porque e como os eventos podem ser prevenidos, reduzir a capacidade, atrasar ou potencializar o alcance aos objetivos.

A análise de risco deve considerar o campo de potenciais consequências e como essas podem ocorrer. Dessa forma, o analista deverá identificar e examinar os tipos de controles existentes e determinar as consequências, as probabilidades e a origem do nível do risco.

Ao avaliar um risco é necessário comparar níveis estimados de riscos com o critério pré-estabelecido e considerar o equilíbrio entre potenciais benefícios e adversidades. Essa etapa viabiliza decisões a serem tomadas sobre a extensão e a natureza do tratamento requerido e sobre as prioridades identificadas.

O tratamento de risco desenvolve e implementa estratégias de custo-benefício e planos de ações para controlar os riscos identificados na análise de risco, sendo as quatro ações mais comuns: Diminuir o risco, evitar o risco, compartilhar o risco e reter o risco.

O monitoramento e a revisão, assim como a consultoria e a comunicação, estão presentes em todos os momentos do processo de gerenciamento de risco. Isso ocorre devido ao necessário monitoramento da efetividade de cada etapa do processo, objetivando sua melhora contínua. As medidas de tratamento precisam ser monitoradas para assegurar que as mudanças nas circunstâncias não alterem as prioridades previamente definidas.

O gerenciamento de riscos deve ser um processo contínuo e em constante desenvolvimento aplicado à estratégia da política de segurança pública e à implementação dessa mesma estratégia, devendo ainda: analisar metodicamente todos os riscos inerentes às atividades passadas, presentes e, especialmente, futuras das organizações vinculadas ao sistema; deve se tornar parte da cultura da organização como uma política eficaz e um componente de rotina em qualquer plano de projeto e atividade de revisão (RAZ; SHENHAR; DVIR, 2002); e traduzir a estratégia em objetivos táticos e operacionais, atribuindo responsabilidades no gerenciamento dos riscos por toda a organização, como parte integrante da respectiva descrição de funções. Essa prática sustenta a responsabilização, a avaliação do desempenho e respectiva recompensa, promovendo, dessa forma, a eficiência operacional em todos os níveis da organização.

Ao iniciar o processo gerenciamento de risco, principalmente no âmbito da segurança pública – que é uma área extremamente sensível, contando que atinge toda a estrutura de uma sociedade, desde sua saúde financeira até sua cultura – o primeiro passo é identificar o conjunto de particularidades do meio social, natural ou histórico em que se encontra sua política de segurança pública. Devemos considerar esse ambiente, de forma que se possam estabelecer as fronteiras nas quais os riscos devem ser gerenciados, guiando as diretrizes do gerenciamento de risco.

Para que isso seja possível, é necessário considerar os objetivos a atingir; considerar o ambiente em que os órgãos de segurança pública operam; identificar fatores internos e externos de risco; desenvolver critérios de avaliação de risco.

A identificação dos riscos tem como objetivo reconhecer a exposição da organização ao elemento de incerteza. Esta identificação exige um conhecimento profundo da organização, do mercado no qual essa desenvolve a sua atividade, do ambiente jurídico, social, político e cultural onde está inserida, assim como o desenvolvimento de uma sólida interpretação das suas estratégias e objetivos operacionais, incluindo os fatores fundamentais para o seu êxito e as ameaças e oportunidades relativas à obtenção dos referidos objetivos. Com isso, os gestores podem identificar os riscos e oportunidades dentro de diversos cenários (MILLER; WALLER, 2003).

Apesar da identificação de risco ter possibilidade de ser realizada por consultores externos, uma abordagem interna com processos e ferramentas bem comunicadas, consistentes e coordenadas será, provavelmente, mais eficaz. É essencial que os atores internos sejam os “proprietários” do processo de gestão de riscos, pois são os que possuem o profundo conhecimento do sistema de segurança pública, portanto, estão mais habilitados à análise dos riscos, por meio da inteligência de segurança pública.

2. INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

O uso do serviço de inteligência, mesmo que de forma incipiente ou involuntário, sempre esteve presente na história do homem. Em vários documentos, desde a antiguidade, são encontradas passagens que se referem a ações de Inteligência, identificando a necessidade da informação antecipada sobre o terreno e seus habitantes.

Na Obra clássica “A Arte da Guerra”, Sun Tzu (1983) ratifica a extrema necessidade do serviço de inteligência, com a visão de coleta e trabalho da informação, quando declara que cem libras de pratas gastas em informações economizam diariamente milhares de libras, além de evitar comoções internas e externas, a exaustão dos exércitos e o distúrbio das atividades de centenas de milhares de famílias.

No Brasil, por muito tempo utilizou-se a palavra “informações”¹ para identificar a atividade de inteligência, quando se desenvolveu como um dispositivo de assessoramento às estratégias militares. E só após a extinção do Serviço Nacional de Informações (SNI) é que o país passou a adotar o termo

“Inteligência”, com a criação da Secretaria de Assuntos Estratégicos, hoje conhecida como Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

A informação pode ser considerada a matéria-prima para a produção da Inteligência. Ela está associada aos fatos decorridos ou atuais e deve apresentar o estado da mente de certeza (DISPERJ, 2015). O conhecimento produzido pela Inteligência deve considerar o princípio da oportunidade, a fim de que não perca sua utilidade, para isso, precisa trabalhar elementos de um evento antes que ele se realize.

A informação é, normalmente, processada por um conjunto de estratégias, utilizadas para captá-las, avaliá-las, combiná-las e utilizá-las de forma eficaz, em decisões e ações necessárias, para o alcance de objetivos preestabelecidos. É uma síntese de conhecimentos que se utiliza, inclusive, do julgamento e da intuição (SIANES, 2008).

A análise de inteligência é uma disciplina que utiliza a informação como seu objeto principal, para tanto, desenvolve pesquisa, análise e apresentação de descobertas que habilitem os analistas a prover o panorama mais completo possível para qualquer tomador de decisão – político, militar ou civil, possa inibir, impedir ou minimizar possíveis danos aos seus bens ou dados a proteger.

A Inteligência de Segurança Pública, abordada formalmente pela primeira vez na Doutrina de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (DISPERJ), em 2005 (DISPERJ, 2015), utiliza os instrumentos da inteligência clássica, que devido à sua amplitude, pode ser utilizada nos diversos campos do conhecimento.

As estratégias de segurança pública, com base na atividade de inteligência, têm suas origens nas restrições financeiras que são uma realidade do policiamento moderno. O crescimento da demanda por informações, por conta do risco na sociedade, e a nova gestão pública dos serviços policiais, por meio da auditoria financeira, geraram uma abundância de dados estatísticos que permitem que agências externas monitorem o desempenho policial (RATCLIFFE, 2002).

A Inteligência utilizada no campo da segurança pública, dispõe de características particulares que transpassam a produção de conhecimento, a assessoria, a verdade com significado, a busca de dados protegidos, as ações especializadas, a economia de meios, a iniciativa, a amplitude, a flexibilidade e a segurança.

Todas essas características são definidas para identificá-la como uma atividade de inteligência, uma ciência, que através de metodologia específica transforma dados em conhecimento, com o mote de assessorar o processo decisório de autoridades nos assuntos de segurança pública. Esse conhecimento deve ser obtido através de ações padronizadas na obtenção de dados públicos ou protegidos, e sua análise precisa, coberta de razoabilidade e despida de paradoxos.

Para Clauser & Weir (1975) as Informações são constituídas de informes avaliados. São produzidas a fim de que os planejadores e formuladores da política possam tomar decisões efetivamente acertadas. Em sua maior parte, as Informações estratégicas — tipo de Informações exigidas em nível nacional e internacional — são utilizadas na elaboração de planejamento estratégico.

A informação é o insumo principal para que o conhecimento possa ser constituído e utilizado nas estratégias de segurança pública para prevenir e controlar toda sorte de crimes (RATCLIFFE, 2008). Os dados devem ser coletados pelos agentes de inteligência e devem ser processados. Esse processamento, efetuado pelo analista, deve estar calcado em método próprio que define a direção a ser seguida pelo analista de inteligência.

O início dos trabalhos de inteligência deve ser precedido da sistematização adequada ao assunto tratado, com o ordenamento lógico do pensamento, a fim de determinar e verificar os vários aspectos essenciais do assunto, já conhecidos e a conhecer. Com o planejamento definido, o analista inicia a reunião de dados, onde são desencadeadas várias ações de inteligência que visam à coleta de dados disponíveis e à busca de dados não disponíveis.

Isto posto, o conhecimento começa a ser produzido. Depois de todos os esforços para a obtenção dos dados de interesse do órgão de inteligência, é necessário estabelecer o grau de veracidade dos dados e sua compatibilidade com o assunto tratado. A partir disso, os dados são sistematizados, de forma lógica e cronológica, e interpretados, buscando o significado da interpretação, em que se estabelecem as conclusões sobre os fatos e situações apresentados com prognósticos, para posterior utilização deste conhecimento produzido.

A produção de conhecimento na atividade de Inteligência de Segurança Pública é estruturada com muita similaridade com a produção de conhecimento na área acadêmica em projetos de pesquisa, monografias, teses etc. As principais diferenças que modificam o cerne do conhecimento produzido e de

sua difusão são: o sigilo, por ser voltado para a segurança de Estado, e a celeridade com que deve ser difundido, para não perder a oportunidade de interceptar, prender ou evitar que um criminoso pratique seu delito.

Dessa forma, o conhecimento é entendido como o objeto resultante de todo o processo de planejamento, de reunião, de processamento e de utilização de dados que sejam de interesse dos órgãos de inteligência, tendo em vista que um Estado bem informado pode exercer grande poder (SOLL, 2011).

3. ANÁLISE DE RISCO NA INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

A análise de risco vem sendo utilizada de forma majoritária em questões tecnológicas de engenharia. Mas, ultimamente, os setores de segurança, tanto privados quanto públicos, vêm adotando essa metodologia para auxiliar o tomador de decisão na escolha da melhor estratégia para o uso da logística de segurança, com o objetivo de mitigar os riscos de segurança, danosos para a população que pretende proteger, transformando a necessidade de gerenciar o risco uma das mudanças mais significativas na aplicação da lei nos últimos anos (ERICSON; HAGGERTY, 1997).

Assim como a atividade de inteligência, a análise de risco procura identificar um problema e antecipar o seu acontecimento. A inteligência, de forma genérica, visa identificar o panorama dos problemas que afetam ao órgão ao qual pertence e a análise de risco procura soluções para os problemas identificados.

Para a identificação de novos atores, suas ações e influências na área da segurança pública, o analista de inteligência deve expressar sua opinião frente à verdade, sobre a evolução futura de um fato ou situação. Mas, para o êxito na previsão e na eficiência da estimativa do panorama futuro, é necessária a utilização de uma doutrina que possibilite ao analista uma visão prospectiva multidisciplinar acertada e ao tomador de decisão clareza e rapidez na identificação da opinião do analista.

A metodologia utilizada, hoje, pela inteligência de segurança pública do Rio de Janeiro está definida na DISPERJ (2015) que, mesmo sendo adequada à atividade de inteligência, pode ser potencializada pela adoção, concomitante, com a metodologia de análise de risco. Pois, enquanto a atividade de inteligência procura identificar e traçar parâmetros perspectivos e prospectivos, a análise de

risco pontua com maior clareza, para o tomador de decisão, os problemas da segurança pública e suas gravidades.

Por meio de matrizes de riscos (Quadro 1), criadas a partir do estudo de análise de risco, pode-se identificar rapidamente as questões que afligem os órgãos encarregados de mitigar os riscos de perda de determinado assunto, no caso, a segurança pública. Concomitantemente, a redação do texto que relata os problemas pode ser confeccionada com bases na metodologia registrada no DISPERJ, obedecendo a todas as peculiaridades da atividade de inteligência, como o sigilo e a salvaguarda das informações.

A formatação da Matriz de Risco deve ser construída com a presença de todos os envolvidos no processo de análise do órgão de inteligência. Essa discussão conjunta é um requisito básico para que sejam aproveitadas todas as ideias sobre o tema e que a matriz seja única para todo o núcleo de análise.

Com as definições da Matriz, o analista de inteligência de segurança pública pode mesclar a probabilidade de o evento ocorrer, com o grau de severidade que esse mesmo evento pode trazer ao objeto que o órgão de inteligência está monitorando. A Matriz de Risco acaba se tornando um ponto de partida para imputar a gradação do nível de risco nos alvos monitorados.

Dessa forma a análise de inteligência se torna muito mais prática, rápida e clara para a autoridade que deliberará sobre que ação tomar para evitar ou, simplesmente, mitigar o risco de perda em sua gestão da segurança pública. Pois, baseado no Quadro 1, outras matrizes serão criadas para pormenorizar os eventos mais importantes a serem monitorados pela atividade de inteligência.

Para que a Matriz de Risco seja factível, é necessário que sejam definidos pelos gerentes de risco as descrições de Impacto e Probabilidade. As descrições visam delimitar as acepções das palavras, para que se tenha o menor ruído possível na comunicação. A clareza na atividade de Inteligência de Segurança Pública se torna indispensável, na medida em que uma falha no entendimento da informação pode trazer danos irreparáveis ao bom andamento da ordem social.

Como os descritores de probabilidade e impacto ficam a cargo do órgão de inteligência, a escolha do foco a ser adotado na análise aparece em posição de destaque na criação das matrizes. A intenção de análise da atividade de inteligência pode ser social, política, urbana etc., dessa forma os descritores de impacto deverão seguir a mesma linha. Assim, os descritores de probabilidade devem estar em linha com

os perigos apontados, para que possam ser observados através de faixa temporal ou de faixa quantitativa de ocorrências, ou mesclando as duas possibilidades.

Quadro 2 – Exemplo de Descritores de Impacto (com foco urbano)

SEVERIDADE DO IMPACTO		
GRAU	DESCRITOR	DETALHAMENTO DO DESCRITOR
5	CATASTRÓFICO	O crime poderá interditar as vias principais de uma a três horas, criando medo na população do município.
4	GRAVE	O crime poderá interditar as vias principais de uma a três horas, criando medo na população dos bairros adjacentes.
3	MÉDIO	O crime poderá interditar de trinta a sessenta minutos, criando medo na população dos bairros adjacentes.
2	PEQUENO	O crime poderá interditar as vias secundárias em até trinta minutos, criando medo na população local.
1	INSIGNIFICANTE	O crime não interditará nenhuma via urbana e passará despercebido pela população.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 3 - Exemplo de Descritores de Probabilidade (faixa temporal)

PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA DO CRIME		
GRAU	DESCRITOR	DETALHAMENTO DO DESCRITOR
5	ALTAMENTE PROVÁVEL	O crime ocorrerá mais de sete vezes, durante uma semana, sob a maioria das condições.
4	PROVÁVEL	O crime ocorrerá entre cinco e sete vezes, durante uma semana, sob a maioria das condições.
3	POSSÍVEL	O crime ocorrerá entre quatro e seis vezes, durante uma semana, sob determinadas condições.

2	IMPROVÁVEL	O crime ocorrerá entre duas e quatro vezes, durante uma semana, sob determinadas condições.
1	ALTAMENTE IMPROVÁVEL	O crime ocorrerá uma ou menos vezes, durante uma semana, sob condições específicas.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota-se que a severidade do impacto foi talhada com base na estrutura urbana de uma cidade ou Estado, pois está preocupada em vincular o crime à interdição de locais específicos da cidade. Se o foco fosse social, o analista voltaria sua atenção para indicadores de divisão irregular de renda, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) etc. No caso de a política ser o vínculo principal com o crime, o cuidado seria em desenvolver um descritor em que se abarcam possíveis abalos à governabilidade do Estado, seguindo dessa forma com outros tipos de descritores admissíveis.

Observe-se que a forma de subdividir o descritor de probabilidade foi a composição de quantidade e tempo, concomitantemente, em que são definidos o número de crimes e o espaço temporal em que eles estão inseridos.

Após toda formulação da diretriz da análise e da coleta dos dados realizada pelo analista de inteligência de segurança pública, que deve ser executada e alicerçada na Doutrina de Inteligência de Segurança Pública, que fundamenta as normas de sigilo e salvaguarda dos dados ou conhecimentos produzidos, serão produzidas tabelas com fundamentos na Matriz de Risco e nos descritores. Esses serão construídos em conjunto pelos analistas de inteligência, para que possam ser pontuadas as vulnerabilidades e as ameaças que estão presentes nos alvos, previamente identificados.

Com isso, o panorama construído nos textos dos relatórios de inteligência poderá apresentar seus matizes por meio de visualização gráfica, possibilitando ao gestor de segurança pública a visualização imediata dos locais e das ameaças que mais trazem risco à população. A exposição pormenorizada da especificidade dos níveis de risco diferenciados é realizada em forma de relatório, no qual o analista de inteligência apresenta o traço dos motivos dos diferentes níveis de risco.

A inserção das matrizes de análise de risco em relatórios de inteligência maximiza a celeridade do processo decisório, da forma em que o gestor possui informações parametrizadas e tabeladas, evitando

que, para toda deliberação, haja necessidade de retorno ao relatório textual. Dessa forma, a atividade de Inteligência de Segurança Pública otimiza o processo, fazendo com que o conhecimento produzido seja sempre oportuno.

Quando é trazido à baila assuntos de atividade de inteligência e de processos decisórios, todos os itens devem ser claros, da forma em que possa ser atenuado ao máximo o conflito de interpretações e o ruído de comunicação. Para tanto, é forçoso que palavras como Perigo, Ameaça, Risco etc. estejam bem definidas e que toda sua utilização permaneça restrita ao pré-estabelecido (Quadro a seguir).

Quadro 5 – Exemplo de acepções de palavras utilizadas especificamente no relatório de Inteligência e Análise de Risco.

CONCEITO	DESCRIÇÃO
AMEAÇA	É a ocorrência de uma série particular de ocorrências. Pode ser certo ou incerto. E, ainda, uma única ocorrência dentro de uma série de ocorrências.
PERIGO	Fonte potencial de perigo. Circunstâncias de fragilidade do alvo que permite que as ameaças ocorram com maior facilidade.
RISCO	Chance de alguma coisa acontecer que causará impacto nos objetivos. O risco é, normalmente, especificado sobre o evento ou circunstâncias e das circunstâncias que possam resultar. O risco é a medida da combinação das consequências do evento e de sua probabilidade. Risco será considerado somente como impacto negativo.
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	É o processo que determina o que, onde, quando, porque e como alguma coisa pode ocorrer.
ANÁLISE DO RISCO	Processo sistemático para entender a natureza e deduzir o nível de risco. Provê as bases para avaliação do risco e as decisões sobre o seu tratamento.
VALORAÇÃO DO RISCO	São os termos de referência que determinam o valor, a significância e a extensão do risco.

TRATAMENTO DO RISCO	Processo de seleção e implementação de medidas para modificar o risco. Essas medidas podem incluir a escolha de prevenir, modificar, fracionar ou manter o risco.
---------------------	---

Fonte: Elaborado pelo autor

Dentro desse quadro, são imprescindíveis algumas matrizes que descrevam palavras controversas as quais podem pôr em xeque a prática da análise de risco na Inteligência de Segurança Pública, ou até mesmo palavras comuns, mas que possuem diversas acepções ou acepções diferentes do vulgo.

Para que a atividade de inteligência se comunique perfeitamente com a análise de risco todas as matrizes devem compor o relatório. Os especialistas devem se debruçar sobre os descritores, para que possam estar mais próximos da realidade possível, evitando que o conhecimento chegue com ruído e inviabilize ou dificulte a interpretação do que foi analisado.

O tratamento do risco apontado no relatório de inteligência será executado pelo gestor de segurança pública, sendo o especialista de inteligência responsável pela estruturação metodológica do conhecimento, desde a clareza ao sigilo necessário da informação.

CONCLUSÃO

A atividade de Inteligência, por meio de seus analistas, procurando melhores julgamentos, está sempre sendo desafiada pela complexidade dos problemas que lhe são encaminhados e pela necessidade de alto volume de produção em curto espaço de tempo.

A cada dia, o volume de papel causado pela incidência de crimes aumenta e a polícia gasta cada vez mais tempo em relatórios de crimes e relatórios estatísticos, criados para outras agências, que eles próprios não usam (ERICSON; HAGGERTY, 1997).

Dos diversos problemas que impedem a precisão da análise de inteligência, aqueles inerentes ao processo racional humano são, certamente, os mais importantes e os mais difíceis de lidar. A análise de inteligência é fundamentalmente um processo intelectual, logo, essencialmente relacionado ao nível de

desenvolvimento humano. Não obstante, o uso de uma metodologia adequada que pode sistematizar e impulsionar esse processo.

A utilização da informação por meio da análise de risco em conjunto com a metodologia específica de Inteligência de Segurança Pública é um processo racional, em que o especialista de inteligência toma o controle do conhecimento, levando ao gestor todas as ferramentas necessárias para que sua deliberação seja oportuna e tenha aplicabilidade prática. Nesse sentido, a objetividade e clareza pela apresentação gráfica das matrizes torna a leitura mais célere.

Notar a grande proximidade das metodologias da atividade de inteligência de segurança pública e da gestão de risco, que se debruçam sobre busca e coleta de dados e informações para tentar mitigar ações futuras que sejam prejudiciais aos objetivos traçados, faz com que a estrutura argumentativa sintetize o ciclo do possível uso concomitante dos métodos. A atividade de Inteligência de Segurança Pública identifica o problema, permanecendo fiel ao sigilo e à proteção da informação, e a análise de risco aponta os riscos por meio do cruzamento dos índices de probabilidade e do impacto imputado ao alvo escolhido.

A matriz de análise de risco potencializa o entendimento das informações e dados coletados pela atividade de Inteligência de Segurança Pública, já que amplia as formas de visualização do conhecimento, de puramente textual, para textual com parametrização por matrizes, possibilitando a identificação do nível de risco de locais, objetos, fatos etc. em uma única imagem.

Destarte, a perfeita integração da atividade de inteligência com a análise de risco promove a possibilidade da celeridade, da clareza e da síntese da produção de conhecimento necessária ao tomador de decisão, para que sua deliberação possa ter confiabilidade, exequibilidade e celeridade suficiente para atingir seu propósito.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 31000: Gestão de Riscos. Rio de Janeiro, 63 p. 2009.

ALBRIS, K.; LAUTA, K. C.; RAJU, E. Strengthening Governance for Disaster Prevention: The Enhancing Risk Management Capabilities Guidelines. **International Journal of Disaster Risk**

Reduction, vol. 47, no. June 2019, p. 101647, 2020. DOI 10.1016/j.ijdr.2020.101647. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.ijdr.2020.101647>.

BRASIL. **Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999**. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências. Brasília (DF), 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19883.htm. Acesso em: 12 set. 2020.

BRASIL. **Decreto Federal 7.845, de 14 de novembro de 2012**. Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7845.htm#art60. Acesso em: 21 out. 2020.

CLAUSER, Jerome K.; WEIR, Sandra M. **Intelligence Research Methodology an introduction to techniques and procedures for conducting research in defense intelligence**. Washington (DC): Defense Intelligence School, 1975.

DE LA PEÑA, J. A. S. Inteligência tática. **UNISCI Discussion Papers**, p. 213–232, Jan. 2012.

DISPERJ (2015). **Doutrina de Inteligência de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro (RJ): Secretaria de Estado de Segurança, 2015.

ERICSON, R. V.; HAGGERTY, K. D. **Policing the risk society**. Oxford, Clarendon Press, 1997.

HOPKIN, P. **Fundamentals of Risk Management Understanding, evaluating and implementing effective risk management**. London: Kogan Page, 2010.

MATTU, A. Risk Management in Emergency Medicine. **Emergency Medicine Clinics of North America**, vol. 38, no. 2, p. xiii–xiv, 2020. DOI 10.1016/j.emc.2020.03.002. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.emc.2020.03.002>.

MILLER, K. D.; WALLER, H. G. Scenarios, real options and integrated risk management. **Long Range Planning**, vol. 36, no. 1, p. 93–107, 2003. [https://doi.org/10.1016/S0024-6301\(02\)00205-4](https://doi.org/10.1016/S0024-6301(02)00205-4).

PRIYARSONO, D. S.; WIDHIANI, A. P.; SARI, D. L. Starting the Implementation of Risk Management in a Higher Education Institution: The Case of IPB University. 598., 2019. **IOP Conference Series: Materials Science and Engineering** [...]. [S. l.: s. n.], 2019. vol. 598, <https://doi.org/10.1088/1757-899X/598/1/012107>.

RAMPINI, A. A.; VISWANATHAN, S.; VUILLEMEY, G. Risk Management in Financial Institutions. **Journal of Finance**, vol. 75, no. 2, p. 591–637, 2020. <https://doi.org/10.1111/jofi.12868>.

RATCLIFFE, J. **Intelligence-Led Policing**. Oregon: Willan Publishing, 2008.

RATCLIFFE, J. Intelligence-led policing and the problems of turning rhetoric into practice. **Policing and Society**, vol. 12, no. 1, p. 53–66, 2002. <https://doi.org/10.1080/10439460290006673>.

RAZ, T.; SHENHAR, A. J.; DVIR, D. Risk management, project success, and technological uncertainty. **R and D Management**, vol. 32, no. 2, p. 101–109, 2002. <https://doi.org/10.1111/1467-9310.00243>.

SIANES, Marta. Compartilhar ou proteger conhecimentos? Grande desafio no comportamento informacional das organizações. In: STAREC, Claudio, GOMES, Elisabeth, BEZERRA, Jorge (orgs.) **Gestão estratégica da informação e inteligência competitiva**. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 255-270.

SOLL, J. *The Information Master: Jean-Baptiste Colbert's Secret State Intelligence System*. [S. l.]: University of Michigan Press, 2011.

TZU, Sun. **Arte da Guerra**. Rio de Janeiro: Record, 9ª edição, 1983.

WORDEN, R. E.; HARRIS, C.; MCLEAN, S. J. Risk assessment and risk management in policing. **Policing**, vol. 37, no. 2, p. 239–258, 2014. <https://doi.org/10.1108/PIJPSM-12-2012-0088>.

DADOS DOS AUTORES

Antonio Fernandes da Costa Neto é mestrando em Administração Pública na Fundação Getúlio (EBAPE). Possui graduação no Curso de Formação de Oficiais, pela Academia de Polícia Militar Dom João VI (2002); Pós-graduação Lato-Sensu em Política e Gestão de Segurança Pública pela Estácio de Sá (2007); Curso de Extensão e Aperfeiçoamento de Oficiais, com ênfase em Ética (2011); Cursos de Extensão em Inteligência. Possui 20 anos de experiência profissional na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente é Tenente-Coronel da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e ocupa a função de Secretário de Estado-Maior Geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Link do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9572524805792175>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6920-586X>

Márcio Pereira Basílio é Doutor em Engenharia de Produção, pela Universidade Federal Fluminense (UFF) (2019); Mestre em Administração Pública, pela Fundação Getúlio Vargas/EBAPE (2007). Possui Curso Superior de Polícia Integrado, pela Escola Superior de Polícia Militar (2007); Pós-graduação em Análise de Sistemas (1999) e Administração de Recursos Humanos (1998); Graduação em Administração de Empresas, pelas Faculdades Reunidas Prof. Nuno Lisboa (1996); Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (1992). Atualmente é coronel e exerce a função de Subsecretário Geral da Secretaria Estado da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Link do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1991940615573288>

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9453-741X>